

banrisul

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

1T2026

Sumário

Relatório da Administração	3
Balanco Patrimonial	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração do Valor Adicionado	18
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	19
Nota 01 – Contexto Operacional	19
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	19
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	23
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	34
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos	36
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	53
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	53
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	54
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	55
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	56
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros	61
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	62
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	63
Nota 14 – Outros Ativos	64
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	64
Nota 16 – Investimentos em Coligadas	65
Nota 17 – Imobilizado de Uso	66
Nota 18 – Intangível	66
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	67
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros	68
Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	68
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	68
Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes	68
Nota 24 – Outros Passivos	71
Nota 25 – Patrimônio Líquido	71
Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares	72
Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	73
Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços	73
Nota 29 – Despesas de Pessoal	73
Nota 30 – Outras Despesas Administrativas	73
Nota 31 – Outras Receitas Operacionais	74
Nota 32 – Outras Despesas Operacionais	74
Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	74
Nota 34 – Lucro por Ação	75
Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados	75
Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	87
Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas	88
Nota 38 – Informações por Segmentos	90
Nota 39 – Outras Informações	93
Nota 40 – Eventos Subsequentes	96

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao primeiro trimestre de 2026, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

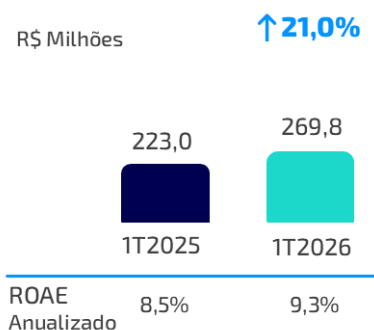
Cenário Econômico

Os primeiros meses de 2026 trouxeram incerteza no âmbito internacional com um novo conflito no Oriente Médio, que se somou às tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos em 2025. Esse cenário reacendeu temores sobre a trajetória de inflação no curto prazo e de um possível período recessivo mais à frente, ambos em âmbito global.

No cenário doméstico, apesar dos efeitos restritivos da taxa Selic, em patamar elevado desde 2025 e com redução cautelosa de 0,25 ponto percentual em março de 2026, o resultado do PIB brasileiro demonstrou resiliência ao avançar 2,3% em 2025, conforme divulgado pelo IBGE. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,3%, ainda que em ritmo inferior ao de 2024, sustentado, principalmente, por um mercado de trabalho ainda aquecido. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, avançou 2,9%, favorecida pela importação de bens de capital e pelo desenvolvimento de softwares. O consumo do governo, cabe notar, cresceu 2,1% no mesmo período. Por fim, o IPCA encerrou o ano abaixo do teto da meta e segue reforçando um cenário de desinflação gradual.

No Rio Grande do Sul (RS), a atividade econômica cresceu 0,9% em 2025, segundo estimativas do Departamento de Economia e Estatísticas do Estado (DEE), evidenciando, novamente, a relevância das condições climáticas para o desempenho do Estado. O resultado refletiu, principalmente, a retração do setor agropecuário (-6,8%) em função da estiagem do início do ano que afetou principalmente a safra da soja, parcialmente compensada pela performance positiva da indústria e do setor de serviços. Acerca do mercado de crédito, observou-se uma dissipação dos efeitos dos programas relacionados às enchentes de 2024, com o comportamento da carteira do RS convergindo para o padrão observado no restante do país, de resiliência, porém em ritmo menos intenso e com incremento no percentual de inadimplência. Entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2026, a carteira de crédito total cresceu 9,5%, refletindo expansões de 9,9% no crédito às famílias e de 8,7% às empresas. A inadimplência, por sua vez, avançou de forma significativa no Estado, passando de 2,7% para 5,3% no segmento pessoa física (PF), e de 1,9% para 3,3% na pessoa jurídica (PJ), refletindo, em parte, a combinação dos efeitos defasados do patamar elevado da taxa de juros e a dissipação dos programas extraordinários de apoio ao crédito.

Desempenho Consolidado



O **lucro líquido** do 1T2026 alcançou R\$269,8 milhões, um crescimento de 21,0% ou R\$47,0 milhões em relação ao registrado no 1T2025. Os destaques positivos do período foram, especialmente, o incremento da margem financeira, obtido principalmente através do reposicionamento do mix de produtos com maior *spread*, a diminuição das provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, o resultado favorável de outras receitas e despesas operacionais e o aumento das receitas com prestação de serviços. Por outro lado, o desempenho foi impactado pelo incremento nas perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito, em linha com o aumento da inadimplência observada no cenário econômico regional, e pelo moderado aumento das despesas

administrativas, além do consequente efeito tributário.

Os ajustes de BrGaap para IFRS relativos ao resultado totalizaram R\$48,3 milhões, e estão demonstrados na Nota Explicativa 39 das Demonstrações Financeiras IFRS, distribuídos especialmente nas Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, na Receita Líquida de Juros e Similares e, consequentemente, no efeito tributário.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.658,0 milhões ao final de março de 2026, 1,7% superior a dezembro de 2025, refletindo especialmente a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre o capital próprio e o provisionamento de dividendos.

O **total em ativos**, no mesmo período comparativo, demonstrou estabilidade, alcançando o saldo de R\$163.970,8 milhões. As aplicações em tesouraria totalizaram R\$75.848,2 milhões, 1,6% superiores a dezembro de 2025.

Ativos Totais R\$164,0 bi



Produtos e Serviços

Seguimos com a estratégia de ampliação da atuação comercial junto ao segmento empresarial iniciada em 2025, e no 1T2026 desenvolvemos um novo modelo de prospecção de potenciais clientes, com o objetivo de ampliar a participação do Banrisul no fluxo financeiro e na estrutura de capital de giro das empresas. A ferramenta foi desenvolvida para identificar empresas que apresentam perfil adequado para uma abordagem consultiva, voltada à concessão e captura de crédito atualmente concentrado em outras instituições financeiras, com potencial de migração parcial ou total das operações.

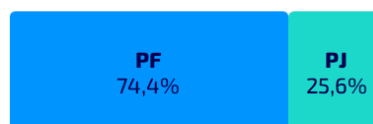
Para o **Microempreendedor Individual (MEI)**, no 1T2026 lançamos um pacote completo de produtos e serviços, que reúne em um único ecossistema soluções para facilitar a gestão financeira, ampliar o acesso ao crédito e criar oportunidades de crescimento com ferramentas para impulsionar as vendas, além de opções de seguros personalizados para este nicho de clientes.

Investimos ainda na compra de folhas de pagamento de grandes empresas, abrindo espaço para a ampliação da atuação em crédito consignado e para a principalidade do relacionamento do Banrisul junto a clientes PF e PJ.

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou o saldo de R\$64.337,3 milhões em março de 2026, demonstrando estabilidade em relação a dezembro de 2025. O trimestre registrou crescimento do saldo em linhas de crédito rotativo empresarial e crédito pessoal não consignado, e diminuição do saldo em crédito consignado PF e em créditos especializados (rural, desenvolvimento, fundos garantidores) PF e PJ.

Carteira de Crédito R\$64,3 bi



No 1T2026 mantivemos o foco na modernização do portfólio de crédito, na eficiência operacional, na expansão responsável do volume, especialmente para o segmento comercial PF e PJ, e na melhoria contínua da experiência do cliente por meio de soluções digitais, com produtos mais simples, ágeis e adequados às tendências de mercado.

No segmento **pessoa física**, atuamos no reforço da jornada digital do crédito consignado com ofertas automáticas, bem como na simplificação do portfólio de produtos. No segmento **pessoa jurídica**, disponibilizamos o Banrisul Giro Digital, linha de crédito 100% online com elevado potencial de geração de negócios, ampliando nossa capacidade de atender às micro e pequenas empresas. No **agronegócio**, atuamos principalmente na reestruturação financeira dos clientes através de soluções para renegociação. Além disso, marcamos presença em importantes feiras do Estado com estratégia direcionada para operações que aumentem a produtividade e a resiliência das propriedades, além de soluções voltadas à infraestrutura produtiva, comercialização e sustentabilidade no campo.

No âmbito da **qualidade dos ativos de crédito**, atuamos de forma cada vez mais alinhada à mitigação do risco, ancorados na ampliação das soluções digitais, no fortalecimento da governança e na evolução das estratégias de renegociação. A plataforma **Finanças em Dia**, solução digital lançada em 2025, está em constante expansão de produtos abrangidos e negociações geradas, se consolidando como uma importante ferramenta na atuação preventiva sobre a inadimplência. No 1T2026, 32,9 mil contratos foram negociados através da plataforma, em volume financeiro de R\$164,2 milhões.

As ações conduzidas ao longo do trimestre reforçaram, ainda, a gestão ativa da migração entre estágios e faixas de atraso, contribuindo para o monitoramento contínuo dos indicadores de qualidade da carteira e para a adequada gestão da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Recursos Captados e Administrados

Nossa carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, alcançou o saldo de R\$132.758,5 milhões ao final de março de 2026, apresentando estabilidade frente ao trimestre anterior. O período registrou evolução nos depósitos com aumento de R\$513,4 milhões, especialmente nos depósitos a prazo, bem como nos recursos administrados, que registraram incremento de R\$387,9 milhões, alinhado à estratégia de criação da marca **Banrisul Asset** em 2025. Nos recursos em letras, cabe destacar o desempenho das Letras Financeiras que registraram crescimento de R\$719,5 milhões no trimestre, com destaque para as operações prefixadas que tiveram um incremento de 39,9%, equivalente a R\$452,0 milhões.

Em janeiro de 2026 efetuamos a liquidação antecipada de instrumento de dívida subordinada no montante de R\$1.689,4 milhões (US\$300,0 milhões), instrumento emitido em 2021 com prazo total de dez anos e opção de recompra antecipada no quinto ano, exercida integralmente na data prevista. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à captação e vinculadas ao *hedge accounting* do referido passivo, encerrando integralmente a operação e seus instrumentos financeiros correlatos.

Soluções em Câmbio

Contamos com um portfólio completo de produtos e serviços cambiais para PF e PJ, primando sempre pela gestão prudente, monitoramento permanente das operações e profundo conhecimento do perfil e da atividade econômica dos clientes. Ao final do 1T2026, nossa carteira de câmbio totalizou R\$2,8 bilhões, com evolução consistente do portfólio e expansão das operações vinculadas ao comércio exterior. Através da disciplina no acompanhamento do crédito e da manutenção de indicadores de inadimplência em níveis reduzidos, asseguramos a sustentabilidade da carteira mesmo em um cenário de expansão dos volumes.



A **Banri Global Account** manteve destaque como solução eficiente para os clientes com demandas internacionais. No 1T2026, foram abertas 2.693 novas contas, e o volume total transacionado foi de R\$8,4 milhões.

Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,3 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de março de 2026, com incrementos de 1,1% no total de transações e 1,9% no faturamento em relação ao 1T2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$200,6 milhões no 1T2026.

Cartões de Crédito		Banricompras		Banricard	
27,4 milhões de transações	R\$2,8 bilhões faturamento	33,4 milhões de transações	R\$3,8 bilhões faturamento	4.943 clientes conveniados ativos	R\$597,0 mi faturamento

Durante o primeiro trimestre de 2026, avançamos de forma consistente na ampliação do acesso, na digitalização de processos e no fortalecimento do portfólio de cartões de crédito e débito, com foco em eficiência operacional, experiência do cliente e sustentabilidade. No campo comercial, lançamos promoções e benefícios direcionados a clientes PF que ainda não possuíam cartão de crédito Banrisul, contribuindo para a ampliação da base de clientes e para o estímulo à principalidade do relacionamento com o Banco.

Em linha com a estratégia de digitalização e sustentabilidade, a partir de março de 2026 priorizamos a disponibilização das faturas de cartão de crédito de forma digital por meio do aplicativo Banrisul.

Na plataforma **Banrishopping**, ampliamos benefícios relacionados ao programa de recompensas Banriclubes com a atualização das faixas de resgate do Crédito em Fatura, iniciativa que contribui para estimular o uso recorrente dos cartões de crédito Banrisul e fortalecer o relacionamento com a base de clientes.

No **Banricompras**, ampliamos os canais de aceitação e a melhoria da experiência digital dos usuários. Dentre as iniciativas, destaca-se a disponibilização do Banricompras no aplicativo Vero Wallet, permitindo que correntistas PF realizem pagamentos por meio da carteira digital, utilizando QR Code nas modalidades à vista, pré-datada e parcelada na maquininha da Vero. A integração com a carteira digital contribui para a modernização do meio de pagamento regional, mantendo o Banricompras competitivo frente às soluções digitais disponíveis no mercado.

Rede de Adquirência Vero



A Vero encerrou o 1T2026 com 150,0 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses. No período, foram capturadas 128,9 milhões de transações.



A antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$2,2 bilhões no 1T2026, equivalente a 37,3% do volume passível de antecipação.

Relacionamento com o Cliente

No 1T2026, reforçamos a capilaridade de atendimento no Rio Grande do Sul e em outros estados, combinando rede física, correspondentes e canais digitais.

Tipo	Quantidades
Total Pontos de Atendimento no País ⁽¹⁾	592
Rio Grande do Sul	573
Demais Estados	19
PAEs - Pontos de Atendimento Eletrônico	359
Banripontos	945
Abrangência de Atendimento com Banrisul	92,76%

(1) Agências e postos de atendimento

No âmbito corporativo, prosseguimos com o aprimoramento das equipes e a implementação da centralização das operações do **Banrisul Corporate**, com foco no aumento da eficiência operacional e elevação da qualidade do atendimento. Adicionalmente, criamos a função de Agente de Prospecção PJ: profissionais munidos de informações qualificadas a partir de inteligência de mercado e dados, treinados para atuarem de forma ainda mais ativa na identificação e abordagem de empresas com potencial de relacionamento.

No âmbito comercial, intensificamos a visibilidade e atuação junto ao comércio local por meio da parceria exclusiva com o Liquida Porto Alegre 2026, com o objetivo de ampliar a captação de novos clientes, bem como estimular o aumento do uso do cartão Banricompras pelos consumidores e o credenciamento de lojistas na Vero.

A rede **Banripontos** tem se consolidado como um importante canal complementar de negócios e atendimento em regiões com menor cobertura bancária, bem como em pontos urbanos estratégicos. Atualmente, nossa rede de atendimento conta com 945 Banripontos, presentes em 70% dos municípios do RS. A transformação do modelo, iniciada em 2025 em parceria com empresa líder em *bancassurance*, tem viabilizado a prospecção de novos correspondentes e a ampliação da atuação dos canais, fortalecendo a expansão e reforçando a presença institucional do Banrisul.



A **BanriWay**, conta digital com controle parental para crianças e jovens lançada no 4T2025, alcançou a abertura de 574 contas desde o seu lançamento. O resultado aponta para uma boa adesão inicial pela solução, sinalizando o potencial do produto como porta de entrada para relacionamentos de longo prazo. A BanriWay é um produto alinhado à estratégia institucional de inovação, digitalização, incentivo à educação financeira desde a infância

e renovação da base de clientes, e está em constante evolução, tendo previstas novas funcionalidades e melhorias na experiência digital, incluindo a jornada de investimentos.

Ao final do 1T2026 alcançamos o total de 968 **ATMs Recicladores** instalados, equipamentos que reutilizam as cédulas depositadas e possibilitam transações para clientes de mais de 150 bancos conectados com a rede Banco24Horas. Neste trimestre, foram realizadas mais de 5,3 milhões de transações nos novos terminais, movimentando cerca de R\$2,7 bilhões.

+5,3 milhões de transações

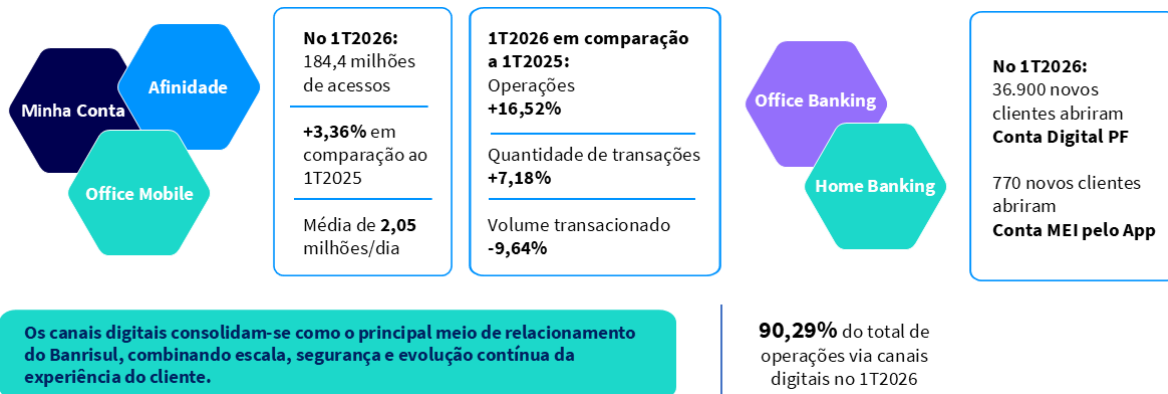
79,2% clientes Banrisul

20,8% outras IF



Canais Digitais

Contamos com os canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul, além do Office e do Home Banking, acessíveis via web.



No 1T2026, implementamos melhorias na jornada do cliente com avanços em segurança, usabilidade e oferta de funcionalidades, contribuindo para a ampliação do uso dos canais eletrônicos e para a eficiência operacional.

No App, foram implementadas novas funcionalidades incluindo a ativação do acesso por **biometria facial**, eliminando etapas adicionais de autenticação por meios físicos. A experiência do Pix também seguiu em evolução com o lançamento do **Pix por Aproximação**, permitindo que usuários realizem transações aproximando o celular de qualquer maquininha compatível, de forma semelhante ao pagamento por aproximação com cartões. Ainda no App, a experiência de navegação foi aprimorada com um novo buscador inteligente, desenvolvido para facilitar a navegação dos usuários e tornar mais rápido o acesso aos serviços, através de palavras-chave digitadas diretamente na tela inicial.

Para os clientes PJ disponibilizamos, no canal Office Banking, a assinatura digital de contratos e aditamentos para empresas com um único administrador. Além disso, criamos a Página Centralizadora de Portais PJ, que reúne em um único ambiente os acessos destinados aos clientes empresariais.

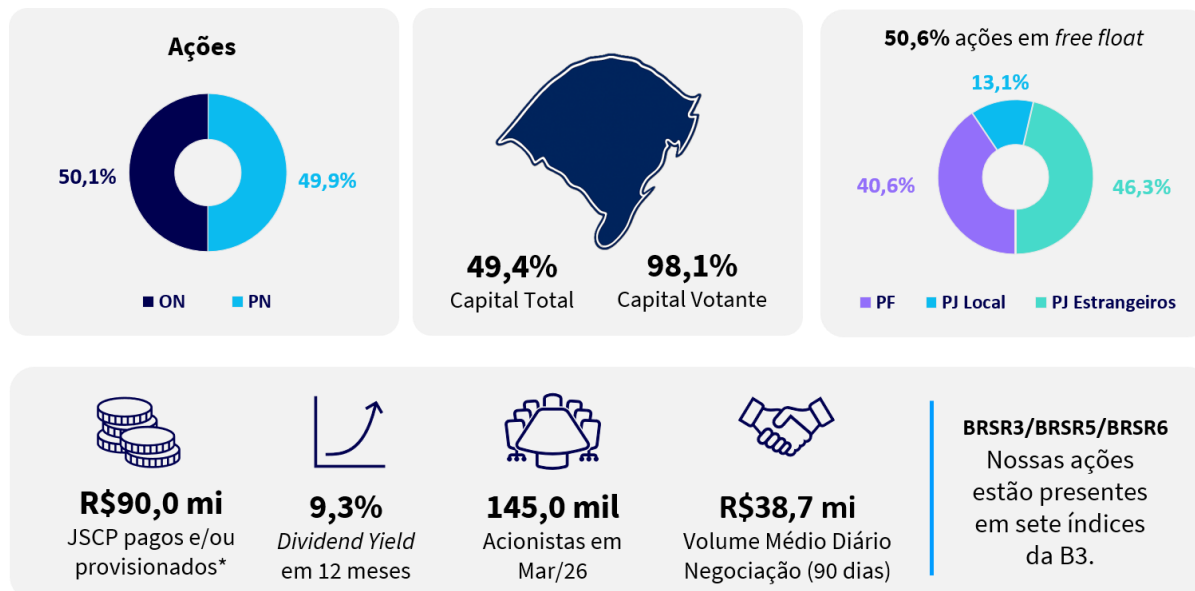
No ecossistema Vero, a nova versão do aplicativo Vero Wallet incorporou funcionalidades como biometria facial, Pix recorrente, Pix saque e troca, evolução de limites, bloqueio de chaves suspeitas e melhorias para o Banricard. A plataforma **Vero Gestão Web** foi ampliada, passando a oferecer visualização detalhada das vendas, relatórios em Excel e uma nova área para downloads em grande volume, contribuindo para a eficiência e o controle da gestão dos estabelecimentos credenciados.

Governança Corporativa

Contamos com uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução de métodos, políticas e processos decisórios, alinhada às melhores práticas de mercado. Desde 2007, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa,

Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, reforçando nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas. Informações detalhadas sobre a Governança Corporativa do Banrisul estão disponíveis no site de Relações com Investidores: ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#).

Estrutura Acionária



*No 1T2026 / antes da retenção do imposto de renda.

Nosso programa de **Relações com Investidores** conecta o Banrisul com o mercado, interagindo e atuando de forma aberta e transparente no compartilhamento de informações com acionistas e investidores. Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) para esclarecer dúvidas e [Cadastre-se no Mailing](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação da Companhia.

Gestão de Capital e de Risco

Tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito. Anualmente revisamos nossa Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos, que está disponível no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br - Seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos) em conjunto com o Relatório de Pilar 3, que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Os principais riscos gerenciados são:

- **Risco de Crédito:** efetuamos melhorias constantes na apuração do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada – RWA_{CPAD} .
- **Risco de Mercado:** no 1T2026 os indicadores de risco mantiveram-se controlados, tendo permanecido em níveis adequados e de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.
- **Risco de Liquidez:** no 1T2026 os níveis de risco mantiveram-se controlados e de acordo com os limites estabelecidos em políticas internas.
- **Risco Operacional:** A mensuração da parcela RWA_{OPAD} , já consolidada nos modelos e processos internos, apresentou comportamento estável no período, em conformidade com as normas vigentes.
- **Riscos ESG (Ambientais, Sociais e Climáticos):** Monitoramento da exposição da carteira de crédito PJ, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

O índice de Basileia atingiu 17,47% em 31 de março de 2026, 6,97 p.p. acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%).

Investimento e Inovação

No 1T2026 trabalhamos na continuidade das iniciativas em transformação digital, reforçando o compromisso com inovação, segurança da informação e melhoria contínua da experiência do cliente. Os avanços abrangem produtos, processos e plataformas, com efeitos relacionados à eficiência operacional e à ampliação da atuação de nossos canais digitais e do ecossistema Vero.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$111,4 milhões no 1T2026, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura e serviços de TI, de autoatendimento, reformas e ampliações e segurança patrimonial.



No âmbito da estratégia digital, disponibilizamos a ativação do acesso ao aplicativo Banrisul por biometria facial, aprimoramos a experiência do Pix e disponibilizamos um novo buscador no App – Vide [Canais Digitais](#).

No contexto do relacionamento com o cliente, seguimos com a gestão e melhoria contínuas das regras de monitoramento transacional, e aperfeiçoamos a jornada de atualização cadastral para todos os clientes. Para clientes PJ, a experiência foi aprimorada com a assinatura digital de contratos (vide [Canais Digitais](#)) e com a implementação de ferramenta de diagnóstico para apoio à resolução de problemas de acesso nos canais Home

Banking e Office Banking. Implantamos também a nova Experiência de Investir PJ e disponibilizamos o extrato consolidado em formato PDF, iniciativas que modernizam e unificam a visão do investidor.

A respeito da modernização e eficiência operacional, os processos de segurança cibernética passam por aprimoração contínua, ampliando a capacidade institucional de prevenção, detecção e resposta a eventos que possam impactar a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações. Neste trimestre, iniciamos um projeto de monitoramento de rotas de fibra óptica, que tem como objetivo a transmissão de dados de forma eficiente, segura e com baixo consumo de energia. O Projeto AIOPS (Inteligência Artificial para Operações de TI) segue em evolução na segunda fase de implantação, contemplando os canais de Internet Banking e a Rede Vero, com expectativa de maior controle operacional e redução do tempo de resposta a incidentes. A virtualização dos servidores de agência, iniciada em 2025, alcançou 94% de conclusão no 1T2026, proporcionando benefícios operacionais como a redução de dependência de hardware físico nas agências e ganhos operacionais em manutenção, escalabilidade e eficiência.

Com relação à [Banritech](#), no 1T2026 ocorreram ações de desdobramento do ciclo 2025 do programa Banritech Fly, com iniciativas voltadas à realização de Provas de Conceito (POCs) com as startups participantes, etapa fundamental para avaliação técnica de soluções aderentes às necessidades institucionais. A Banritech também teve participação ativa no South Summit Brazil 2026, através de executivos e especialistas em uma série de painéis ao longo dos três dias do evento, contribuindo para fortalecer nossa presença no ecossistema de inovação.

Sustentabilidade

No primeiro trimestre de 2026, foi lançado o Programa Impacta RS, parceria entre Banrisul, Governo do Estado (por meio da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia), Coalizão pelo Impacto e fundo Regenera RS, que selecionará até 30 negócios de impacto socioambiental com atuação no Rio Grande do Sul para uma jornada de capacitação com foco em gestão de impacto e acesso a capital.

Além disso, concluímos a etapa de mensuração das emissões de gases de efeito estufa (GEE) do inventário do ano de 2025, e estamos participando do grupo da Febraban referente às emissões financiadas.

Pessoas



Dados Quantitativos

9.394 quantidade total de empregados	3.984 (42,4%) quantidade de mulheres 31/03/2026
1.481 quantidade de estagiários	380 (33,4%) funções de liderança ocupados por mulheres em 31/03/2026
268 (2,8%) quantidade e (%) de empregados declarados PCD em 31/03/2026	2 (22,2%) quantidade de mulheres na alta administração 31/03/2026

Nossa política de recursos humanos é pautada na valorização do capital humano, na diversidade e no desenvolvimento profissional. Nossos colaboradores contam com programas contínuos de desenvolvimento pessoal e fortalecimento da cultura organizacional, como o programa Banrisul Nosso Jeito, voltado aos cargos executivos e que contempla temas como comunicação, liderança, gestão, cultura organizacional, inovação, processos e pessoas. Assim como os cargos executivos, as equipes comerciais são treinadas através de trilhas de conhecimento que integram conteúdos próprios e de plataformas parceiras.

No 1T2026 finalizamos um novo processo seletivo público para contratação de estagiários, promovendo oportunidades estratégicas de incorporação de ideias inovadoras alinhadas às transformações do mercado. No mesmo período foram admitidos 268 novos funcionários, lotados na rede de agências e nas áreas de TI, garantindo a reposição de colaboradores aposentados. Além disso, 244 novos Gerentes de Relacionamento foram treinados com a segunda edição do Programa de Formação pós reestruturação de funções.

Após a implementação, em 2025 da Reestruturação de Funções na rede de agências e nas áreas administrativas, que contribuiu para a segurança jurídica nas relações de trabalho por ela abarcadas e para a mitigação de impasses frente a passivos trabalhistas, implementamos alternativas adicionais para o tratamento de contingências já constituídas, especialmente aquelas decorrentes de ações coletivas em andamento. No 1T2026 iniciamos, de forma pontual, a oferta de propostas de acordos individuais de adesão voluntária para empregados elegíveis, alinhada às melhores práticas de gestão de riscos, conforme detalhamento na Nota Explicativa 40 – Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras.

Ações e Programas Culturais e Sociais

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, com destaque para ações de inclusão digital, educação financeira e apoio a projetos sociais.

Neste trimestre, doamos 613 computadores para a Fundação Pão dos Pobres, em Porto Alegre, em uma ação que integra um conjunto de iniciativas conduzidas em parceria com o Programa Sustentare, do Governo do Estado, que promove o reaproveitamento de equipamentos de informática em boas condições de uso. Desde 2023 doamos mais de 10 mil computadores, contribuindo para ampliar o acesso à tecnologia e incentivar a inclusão digital em diversas comunidades gaúchas, aliado aos princípios de sustentabilidade.



No escopo da acessibilidade, no 1T2026 concluímos o Módulo II da capacitação em Libras, com a participação de 62 colaboradores, totalizando 1.332 colegas capacitados em Libras no Banco (DG + Rede) ao final de março de 2026.

Reconhecimentos

Março/2026. Banrisul é destaque na principal categoria da pesquisa Marcas de Quem Decide.

O Banrisul foi uma das empresas vencedoras na categoria Grande Marca Gaúcha do Ano – nos quesitos Lembrança e Preferência - principal premiação da 28ª edição da pesquisa Marcas de Quem Decide, promovida pelo Jornal do Comércio em parceria com o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO), e recebeu a distinção Marca Líder na categoria Empresa Pública Gaúcha, com reconhecimento como a mais lembrada e preferida; e Marca Líder na categoria Banco, como a mais lembrada. Além disso, conquistamos a segunda colocação na categoria Banco, com reconhecimento como marca preferida; e a terceira colocação na categoria Consórcio, com reconhecimento como marca lembrada e preferida.

Agradecimentos

Nossa atuação no período demonstra o êxito das diretrizes estratégicas empreendidas pela atual gestão, com foco em um atendimento mais humano, próximo e atento às necessidades dos clientes. Reconhecemos o elevado profissionalismo dos nossos funcionários, e agradecemos a confiança depositada por nossos clientes, acionistas, investidores e fornecedores.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Ativo			
Disponibilidades	6	1.285.043	1.298.124
Ativos Financeiros		156.693.043	156.590.693
Ao Custo Amortizado		133.390.127	132.993.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	15.369.033	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	4.068.470	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	9	47.199.340	45.848.429
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	64.337.322	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	11	6.324.044	5.936.592
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.908.082)	(3.738.490)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(3.589.285)	(3.425.345)
(Outros Ativos Financeiros)		(318.797)	(313.145)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	12	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		584.329	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	13	576.720	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	7.609	100.240
Ativos Fiscais		3.929.455	3.869.114
Correntes		281.518	199.421
Diferidos	15a	3.647.937	3.669.693
Outros Ativos	14	674.545	672.897
Investimentos		195.226	169.748
Investimentos em Participações em Coligadas	16	195.226	169.748
Imobilizado de Uso	17	946.516	958.757
Imobilizações de Uso		1.997.365	1.995.256
(Depreciação Acumulada)		(1.050.849)	(1.036.499)
Intangível	18	246.927	299.199
Ativos Intangíveis		1.948.048	1.945.017
(Amortização Acumulada)		(1.701.121)	(1.645.818)
Total do Ativo		163.970.755	163.858.532

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Passivo			
Passivos Financeiros		147.671.124	147.521.081
Ao Custo Amortizado		147.562.330	145.722.468
Depósitos	19	101.071.290	100.557.914
Captações no Mercado Aberto	19	23.894.055	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	7.696.360	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	19	2.664.405	2.806.928
Obrigações por Repasses	19	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	20	5.397.353	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado		950	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	950	1.027
Dívidas Subordinadas	21	-	1.689.405
Provisão para Perda Esperada		107.844	108.181
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		97.986	96.100
Garantias Financeiras Prestadas		9.858	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	2.545.663	2.518.055
Passivos Fiscais		543.300	556.822
Correntes		262.323	284.128
Diferidos	15b	280.977	272.694
Outros Passivos	24	1.552.624	1.797.423
Total do Passivo		152.312.711	152.393.381
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.300.000	8.300.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		3.290.325	3.290.325
Outros Resultados Abrangentes		(122.086)	(133.709)
Lucros Acumulados		181.116	-
Participação dos Acionistas Não Controladores		3.591	3.437
Total do Patrimônio Líquido		11.658.044	11.465.151
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		163.970.755	163.858.532

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

		01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
	Nota		
Receitas com Juros e Similares		5.855.898	4.757.823
Despesas com Juros e Similares		(4.106.614)	(3.282.756)
Receita Líquida com Juros e Similares	26	1.749.284	1.475.067
Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	27	(68.398)	(146.146)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		50.416	194.498
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(454.226)	(357.378)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(448.876)	(468.475)
Outros Instrumentos Financeiros		(5.350)	111.097
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(941.165)	(909.291)
Receitas de Prestação de Serviços	28	525.151	521.483
Despesas de Pessoal	29	(689.948)	(639.515)
Outras Despesas Administrativas	30	(544.701)	(520.783)
Despesas Tributárias		(149.637)	(139.704)
Resultado de Participação em Coligadas	16	31.373	28.238
Outras Receitas Operacionais	31	182.088	136.035
Outras Despesas Operacionais	32	(196.629)	(172.169)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23b	(98.862)	(122.876)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		335.911	256.750
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	33	(66.069)	(33.799)
Corrente		(60.673)	(92.636)
Diferido		(5.396)	58.837
Lucro Líquido do Período		269.842	222.951
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		269.665	222.790
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		177	161
Lucro por Ação	34		
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R\$)			
Ação Ordinária		0,66	0,54
Ação Preferencial A		0,66	0,54
Ação Preferencial B		0,66	0,54

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro Líquido do Período	269.842	222.951
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	11.624	15.722
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	11.624	15.722
Variação de Valor Justo	23.963	24.433
Efeito Fiscal	(12.339)	(8.711)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	11.624	15.722
Resultado Abrangente Líquido do Período	281.466	238.673
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	281.289	238.512
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	177	161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

		Acionistas Controladores									
				Reservas de Lucros							
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	ORA	Lucros Acumulados	Banrisul	Acionistas Não Controladores	Consolidado
Saldo em 01/01/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	283.771	(109.359)	-	10.415.047	3.706	10.418.753
Outros Resultados Abrangentes											
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	15.722	-	15.722	-	15.722
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores											
Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	100	100
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	1.451	1.451	-	1.451
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	222.790	222.790	161	222.951
Destinação do Lucro Líquido		25c									
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Saldo em 31/03/2025		8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	283.771	(93.637)	134.241	10.565.010	3.967	10.568.977
Saldo em 01/01/2026		8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	597.925	(133.709)	-	11.461.714	3.437	11.465.151
Outros Resultados Abrangentes											
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA		-	-	-	-	-	11.623	-	11.623	-	11.623
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores											
Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	1.451	1.451	-	1.451
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	-	-	269.665	269.665	177	269.842
Destinação do Lucro Líquido		25c									
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Saldo em 31/03/2026		8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	597.925	(122.086)	181.116	11.654.453	3.591	11.658.044

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	335.911	256.750
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	714.307	430.407
Depreciação e Amortização	102.375	100.911
Resultado de Participações em Coligadas	(31.373)	(28.238)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	42.975	(84.236)
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	454.226	357.378
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	47.242	(38.284)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	98.862	122.876
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	1.913.826	2.740.921
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	356.059	(4.771)
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	492.003	95.890
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	985.904	1.524.995
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	92.554	118.586
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	439.302	(1.099.816)
Outros Ativos Financeiros	(387.519)	2.274.105
Ativos Fiscais	(65.737)	(116.774)
Outros Ativos	(753)	(53.318)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.013	2.024
Aumento/(Redução) em Passivos	1.397.134	3.446.238
Depósitos	513.376	226.239
Captações no Mercado Aberto	1.074.399	3.221.847
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(43.016)	984.607
Obrigações por Empréstimos e Repasses	415.101	241.974
Outros Passivos Financeiros	(185.375)	(1.229.699)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(71.254)	(55.678)
Passivos Fiscais	138.412	112.727
Outros Passivos	(297.971)	119.271
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(146.538)	(175.050)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	4.361.178	6.874.316
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos/JSCP Recebidos de Coligadas	3.883	2.474
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(780.606)	(571.407)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(1.350.912)	(5.633.430)
Alienação de Imobilizado de Uso	15.236	5.395
Alienação de Intangível	-	186
Aquisição de Investimentos em Controladas e Coligadas	-	(7.117)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(50.905)	(43.737)
Aquisição de Intangível	(3.088)	(12.597)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(2.166.392)	(6.260.233)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros/Resgate da Dívida Subordinada	(1.637.873)	(56.891)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(90.000)	(90.000)
Liquidação de Arrendamentos	(29.130)	-
Variação na Participação de Não Controladores	154	261
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(1.756.849)	(146.630)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	437.937	467.453
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	3.375.262	1.792.278
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(47.242)	38.284
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.765.957	2.298.015

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Receitas (a)	6.090.929	5.106.315
Juros e Similares	5.837.916	4.806.175
Prestação de Serviços	525.151	521.483
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(454.226)	(357.378)
Outras	182.088	136.035
Despesas (b)	(4.106.614)	(3.282.756)
Juros e Similares	(4.106.614)	(3.282.756)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(721.774)	(705.441)
Materiais, Energia e Outros	(535.053)	(541.723)
Serviços de Terceiros	(186.721)	(163.718)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	1.262.541	1.118.118
Depreciação e Amortização (e)	(102.375)	(100.911)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	1.160.166	1.017.207
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	31.373	28.238
Resultado de Participações em Coligadas	31.373	28.238
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	1.191.539	1.045.445
Distribuição do Valor Adicionado	1.191.539	1.045.445
Pessoal	601.379	559.833
Remuneração Direta	409.728	387.974
Benefícios	163.590	147.216
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	28.061	24.643
Impostos, Taxas e Contribuições	304.275	253.185
Federais	282.423	230.803
Estaduais	52	154
Municipais	21.800	22.228
Remuneração de Capitais de Terceiros	16.043	9.476
Aluguéis	16.043	9.476
Remuneração de Capitais Próprios	269.842	222.951
Juros sobre o Capital Próprio	90.000	90.000
Lucros Retidos do Período	179.665	132.790
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	177	161

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS (demonstrações financeiras) do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com práticas contábeis internacionais, com observância às International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 09(R1) (CPC 09(R1)). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo apresentada de forma suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de maio de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou detém direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/03/2026
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/03/2026
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregado no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Informações para Efeito de Comparabilidade

Nas demonstrações financeiras de 2026, ocorreram reclassificações entre grupos da Demonstração do Resultado e, conseqüentemente, na Demonstração do Valor Adicionado. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e a consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos de 31 de março de 2025 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

(b.1) Demonstração do Resultado

Valores Reclassificados entre Grupos		
De	Para	Reclassificações
Receitas com Juros e Similares	Resultado de Variação Cambial de Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira	21.283
	Despesas com Juros e Similares	8.184
	Receitas de Prestação de Serviços	201
	Outras Receitas Operacionais	1.017
Receitas de Prestação de Serviços	Receitas com Juros e Similares	29.070
	Outras Despesas Operacionais	490
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	(Outros Instrumentos Financeiros)	541

Saldos dos Grupos Reclassificados			
Grupos	Publicado em 31/03/2025	Reclassificação	Reapresentação de 31/03/2025
Receita com Juros e Similares	4.743.070	14.753	4.757.823
Despesas com Juros e Similares	(3.274.572)	(8.184)	(3.282.756)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	173.215	21.283	194.498
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida	(357.378)	-	(357.378)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(467.934)	(541)	(468.475)
Outros Instrumentos Financeiros	110.556	541	111.097
Receita de Prestação de Serviços	549.862	(28.379)	521.483
Outras Receitas Operacionais	135.018	1.017	136.035
Outras Despesas Operacionais	(171.679)	(490)	(172.169)

(b.2) Demonstração do Valor Adicionado

Valores Reclassificados entre Grupos			
De	Publicado em 31/03/2025	Reclassificação	Reapresentação de 31/03/2025
Receitas de Juros e Similares	4.770.139	36.036	4.806.175
Receitas de Prestação de Serviços	549.862	(28.379)	521.483
Outras	135.018	1.017	136.035
Despesas de Juros e Similares	(3.274.572)	(8.184)	(3.282.756)
Materiais, Energia e Outros	(541.233)	(490)	(541.723)

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na Demonstração do Resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas Notas Explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. A IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o que uma entidade relata como seu lucro ou prejuízo operacional.

As alterações da IFRS 18 têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027 e se aplica a informações comparativas. O Banrisul está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: este novo padrão permite que subsidiárias qualificadas utilize práticas contábeis internacionais (IFRS) com divulgações reduzidas. Quando uma empresa controladora prepara demonstrações financeiras consolidadas que atendem aos Padrões de Contabilidade IFRS, suas subsidiárias são obrigadas a reportar à controladora usando os Padrões de Contabilidade IFRS. No entanto, para suas próprias demonstrações financeiras, as subsidiárias têm permissão para usar os Padrões de Contabilidade IFRS, o Padrão de Contabilidade IFRS para pequenas e médias empresas (PMEs) ou padrões de contabilidade nacionais.

Subsidiárias que usam o Padrão de Contabilidade IFRS para PMEs ou padrões de contabilidade nacionais para suas próprias demonstrações financeiras geralmente mantêm dois conjuntos de registros contábeis porque os requisitos nesses Padrões diferem daqueles nos Padrões de Contabilidade IFRS. Nesse sentido, subsidiárias que usam os Padrões de Contabilidade IFRS para suas próprias demonstrações financeiras fornecem divulgações que podem ser desproporcionais às necessidades de informação de seus usuários. O IFRS 19 resolverá esses desafios ao: permitir que as subsidiárias mantenham apenas um conjunto de registros contábeis para atender às necessidades tanto da empresa controladora quanto dos usuários de suas demonstrações financeiras; e reduzir os requisitos de divulgação, pois permite divulgações reduzidas mais adequadas às necessidades dos usuários das demonstrações financeiras.

A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade das informações para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 é uma norma voluntária e pode ser aplicado assim que for emitida.

As alterações têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: a IFRS S1 prescreve como uma entidade deve preparar e relatar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes ao fornecimento de recursos à entidade, tais como as informações que possam afetar razoavelmente os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo, de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e o desempenho da entidade em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S1 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima também seja aplicada. O Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do ano de 2026 com a primeira divulgação em 2027.

IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: a IFRS S2 prescreve como uma entidade deve divulgar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes aos riscos e oportunidades associadas ao clima que poderiam afetar razoavelmente os fluxos de caixa dessa entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio ou longo prazo de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados ao clima; e os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo se e como esses processos são integrados e informam o processo geral de gerenciamento de risco da entidade; e o desempenho da entidade em relação aos seus riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S2 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade também seja aplicada. O Banrisul irá adotar o normativo somente quando este se tornar obrigatório, a partir do ano de 2026 com a primeira divulgação em 2027.

Alteração à IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: a alteração adiciona requisitos à IAS 21 no intuito de auxiliar entidades cuja moeda de apresentação é de uma economia hiperinflacionária a determinar se a moeda é cambiável por outra e, quando não for, qual taxa de conversão aplicar.

As alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que poderão ser reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. Para fins de divulgação do valor justo, os instrumentos financeiros são classificados em uma hierarquia de três níveis, com base no grau de observabilidade dos *inputs* utilizados nas técnicas de mensuração.

O Grupo Banrisul pode deter, eventualmente, instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais não cotados cuja mensuração envolva técnicas de avaliação com utilização de *inputs* não observáveis, os quais são classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Quando aplicável, a natureza desses instrumentos, os montantes envolvidos e as técnicas de avaliação utilizadas são divulgados de forma agregada nas Notas Explicativas específicas.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (*solely payment of principal and interest – SPPI Test*). Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (*SPPI Test*), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (*SPPI Test*).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no *SPPI Test*).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – SPPI Test

O *SPPI Test* consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da originação, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizada a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na originação do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados.

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a originação conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;

- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Default

O IFRS 9 não estabelece uma definição específica para *default*, mas prevê uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição apresenta atraso superior a 90 dias, critério adotado pelo Banrisul. Os ativos são baixados (*write-off*) quando não há expectativas razoáveis de recuperação dos fluxos de caixa contratuais, seja integral ou parcialmente, do ativo financeiro.

(c.7) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação.

(c.8) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.9) Critérios para *Write-Off*

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

(c.10) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.11) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026. No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.12) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, conseqüentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.13) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	7,00

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme a IFRS 16.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Mantidos para Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL. Para o ano de 2025, ficou vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda foi adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 33.

(i) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o CPC 25, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são

reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído são semelhantes.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 28.

(p) Informações por Segmento

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços. A Administração considera as operações do Banrisul e de suas controladas em quatro segmentos: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos, conforme apresentado na Nota 38.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 35.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de

crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Appetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Appetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Composição da Carteira por Setor de Atividade	31/03/2026	31/12/2025
Setor Público	190.240	188.890
Administração Pública – Direta e Indireta	190.240	188.890
Setor Privado	64.147.082	64.872.669
Pessoa Física	47.848.112	48.511.967
Pessoa Jurídica	16.298.970	16.360.702
Agropecuário	276.462	274.850
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.807.569	2.862.085
Automotivo	740.250	733.550
Celulose, Madeira e Móveis	374.524	400.574
Comércio Atacadista – Alimentício	978.977	1.039.512
Comércio Atacadista – não Alimentício	849.126	860.525
Comércio Varejista – Outros	1.499.592	1.519.863
Construção e Imobiliário	1.358.892	1.343.210
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.772.324	1.695.218
Eletroeletrônico e Informática	486.102	507.714
Financeiro e Seguro	259.688	289.963
Máquinas e Equipamentos	355.348	326.717
Metalurgia	448.022	459.502
Obras de Infraestrutura	29.115	29.633
Petróleo e Gás Natural	621.339	616.935
Químico e Petroquímico	1.003.642	1.022.766
Serviços Privados	569.780	582.692
Têxtil, Confecções e Couro	471.518	413.338
Transportes	486.094	470.715
Outros	910.606	911.340
Total	64.337.322	65.061.559

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências podem deferir ou indeferir operações de crédito até os limites de suas alçadas, estabelecidas de acordo com a categoria de cada agência e/ou produto. Para clientes de alçadas superiores às dos Comitês de Crédito das Agências, as operações e Limite de Exposição (LE) são deferidos pelos comitês de crédito da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e operações com LE acima de R\$12 e 8 milhões, respectivamente, até os limites de concentração por cliente e grupo econômico estipulados pela Declaração de Apetite por Riscos (RAS). Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e

- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	137.298.227	136.732.163
Depósitos Compulsórios no Banco Central	15.369.033	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.068.470	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	47.199.358	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.337.322	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	6.324.044	5.936.592
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	22.718.587	21.937.981
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	584.329	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	576.720	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	100.240
Off Balance	25.233.332	21.513.417
Garantias Financeiras	589.729	648.413
Crédito Imobiliário	317.977	359.516
Cheque Especial	6.331.675	4.745.864
Cartão de Crédito	4.845.497	4.569.958
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	6.049.065	5.869.970
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	6.329.591	4.981.121
Outros Limites Pré-Aprovados	769.798	338.575
Total	185.834.475	181.842.648

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	43.978.193	601.054	680.761	152.377	3.189.158	1.826.945	47.848.112	2.580.376
Cartão de Crédito	2.329.472	114.745	57.456	12.183	369.096	264.176	2.756.024	391.104
Crédito Consignado	17.485.961	98.716	175.498	22.911	1.201.071	592.605	18.862.530	714.232
Crédito Pessoal	2.654.183	37.265	105.175	22.830	425.463	238.093	3.184.821	298.188
Crédito Imobiliário	5.495.196	26.113	74.180	30.059	60.069	34.128	5.629.445	90.300
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.287.167	184.026	97.475	14.117	488.090	245.866	13.872.732	444.009
Outros	2.726.214	140.189	170.977	50.277	645.369	452.077	3.542.560	642.543
Pessoa Jurídica	15.065.565	235.031	202.690	50.001	1.220.955	723.877	16.489.210	1.008.909
Operações de Câmbio	2.719.791	12.339	1.369	14	93.878	7.420	2.815.038	19.773
Capital de Giro	4.885.596	33.981	39.751	10.338	270.017	139.917	5.195.364	184.236
Conta Empresarial/Garantida	2.519.566	91.391	48.036	9.293	189.121	120.946	2.756.723	221.630
Crédito Imobiliário	725.010	10.474	-	-	810	460	725.820	10.934
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.827.434	51.251	31.271	6.933	298.394	231.878	3.157.099	290.062
Outros	1.388.168	35.595	82.263	23.423	368.735	223.256	1.839.166	282.274
Total em 31/03/2026	59.043.758	836.085	883.451	202.378	4.410.113	2.550.822	64.337.322	3.589.285
Total em 31/12/2025	60.448.440	901.558	636.713	137.593	3.976.406	2.386.194	65.061.559	3.425.345

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	31/03/2026	31/12/2025
Não vencidos	57.597.542	59.031.301
Vencidos em até 30 dias	1.446.216	1.417.139
Total	59.043.758	60.448.440

	31/03/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	58.998.642	60.424.048
Avaliação Individual	45.116	24.392
Total	59.043.758	60.448.440

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	31/03/2026	31/12/2025
Não Vencidos	181.887	201.934
Vencidos em até 30 dias	14.502	16.124
Vencidos de 31 a 60 dias	419.973	274.189
Vencidos de 61 a 90 dias	267.089	144.466
Total	883.451	636.713

	31/03/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	882.478	635.217
Avaliação Individual	973	1.496
Total	883.451	636.713

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	31/03/2026	31/12/2025
Não Vencidos	937.787	940.201
Vencidos em até 30 dias	110.583	116.713
Vencidos de 31 a 60 dias	150.265	83.310
Vencidos de 61 a 90 dias	121.090	118.222
Vencidos a mais de 90 dias	3.090.388	2.717.960
Total	4.410.113	3.976.406

	31/03/2026	31/12/2025
Avaliação Coletiva	3.898.395	3.537.021
Avaliação Individual	511.718	439.385
Total	4.410.113	3.976.406

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R\$557.807 (31/12/2025 – R\$465.273), excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

Clientes Individualmente Significativos (%)	31/03/2026	31/12/2025
Maior Devedor	19,05	22,84
Cinco Maiores Devedores	52,06	54,90
Dez Maiores Devedores	74,84	78,45
Vinte Maiores Devedores	97,01	98,98

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final do período de reporte totalizaram R\$475.958 (01/01 a 31/03/2025 – R\$94.723).

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens mantidos para venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$81.985 (01/01 a 31/03/2025 – R\$46.743).

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado (*Trading*) e o Relatório de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (*Banking*), ao Comitê de Gestão de Risco, relatórios produzidos para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e a Política de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária, são propostas ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado (*Trading*) e a Estrutura de Gestão de Gerenciamento do Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (*Banking*) além do Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o

contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários		Fatores de Risco		Total em 31/03/2026
		Taxa de Juros	Moeda Estrangeira	
1	1%	276	6.844	7.120
2	25%	223	98.882	99.105
3	50%	159	194.755	194.914

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;

- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,2194 de 31/03/2026 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moeda Estrangeira” a maior perda, que representa 96,1% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moeda Estrangeira” representando respectivamente 99,8% e 99,9%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$194.914.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	28
Total		28

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	990.855
Cupom Índice	Taxa de Longo Prazo (TLP)	(102)
Cupom de Moedas	Dólar EEUU	7.483
	Euro	74
Cupom de Taxas	Taxa de Referência (TR)	90.447
	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(60)
DI	Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	2.745.191
Selic	Selic	(3.472.736)
Total		361.152

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada na data de reporte foi de R\$84.572 (31/12/2025 – R\$433.245). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$18.637 (31/12/2025 – R\$99.224).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado na data de reporte o valor de R\$232.956 (31/12/2025 – R\$1.233.060).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante		Total em 31/03/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros	27.860.927	29.416.844	81.867.487	21.045.705	160.190.963	159.771.600
Ao Custo Amortizado	27.585.804	29.065.202	60.143.987	20.093.054	136.888.047	136.174.532
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	14.958.853	-	-	-	14.958.853	15.303.405
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.310.042	1.079.643	678.785	-	4.068.470	4.024.531
Títulos e Valores Mobiliários	44.709	9.770.016	26.634.367	10.750.266	47.199.358	45.848.445
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.272.200	14.956.823	29.765.511	9.342.788	64.337.322	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	-	3.258.720	3.065.324	-	6.324.044	5.936.592
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado	210.306	351.642	-	22.381	584.329	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	202.697	351.642	-	22.381	576.720	1.558.847
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	-	-	-	7.609	100.240
Passivos Financeiros	49.807.104	18.294.613	59.674.653	16.702.295	144.478.665	143.116.413
Ao Custo Amortizado	49.806.154	18.294.613	59.674.653	16.702.295	144.477.715	141.425.981
Depósitos	24.407.218	7.694.763	52.361.759	13.522.935	97.986.675	96.261.427
Captações no Mercado Aberto	23.891.655	2.400	-	-	23.894.055	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	571.610	2.906.472	4.218.278	-	7.696.360	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	715.218	1.438.591	503.468	7.128	2.664.405	2.806.928
Obrigações por Repasses	220.453	857.072	2.589.110	664.685	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	-	5.395.315	2.038	-	5.397.353	5.582.728
Ao Valor Justo por meio do Resultado	950	-	-	-	950	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	950	-	-	-	950	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(21.946.177)	11.122.231	22.192.834	4.343.410	15.712.298	16.655.187

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos

na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		Total em 31/03/2026	Total em 31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	52.999.572	18.684.030	61.149.427	17.028.111	149.861.140	149.585.389
Ao Custo Amortizado	52.999.572	18.684.030	61.149.427	17.028.111	149.861.140	147.890.491
Depósitos	27.530.707	7.828.971	53.213.258	13.742.843	102.315.779	101.831.070
Captações no Mercado Aberto	23.906.474	2.401	-	-	23.908.875	22.832.490
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	600.114	3.051.408	4.428.629	-	8.080.151	8.074.815
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos	715.422	1.445.733	557.218	15.763	2.734.136	2.882.675
Obrigações por Repasses	246.855	960.047	2.947.901	761.958	4.916.761	4.273.082
Outros Passivos Financeiros	-	5.395.470	2.421	-	5.397.891	5.583.319
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-	1.694.898
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.694.898
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	27.962.744	30.345.076	94.358.634	29.601.396	182.267.850	182.583.475
Disponibilidades	1.285.043	-	-	-	1.285.043	1.298.124
Ativos Financeiros	26.677.701	30.345.076	94.358.634	29.601.396	180.982.807	181.285.351
Ao Custo Amortizado	26.410.187	29.993.434	72.635.134	28.648.745	157.687.500	157.788.523
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	64.817	-	21.723.500	930.270	22.718.587	21.937.981
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	202.697	351.642	-	22.381	576.720	1.558.847

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data reporte atingiram o montante de R\$9.823.501 (31/12/2025 – R\$9.823.501), conforme descrito na Nota 36a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Total em			Total em	Total em			Total em
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/03/2026	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2025
Ativos Financeiros	23.210.985	88.526	3.404	23.302.915	23.434.760	160.932	1.376	23.597.068
Ao Valor Justo por Meio de ORA	22.653.770	62.417	2.400	22.718.587	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Títulos e Valores Mobiliários	22.653.770	62.417	2.400	22.718.587	21.876.161	61.820	-	21.937.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	22.653.770	-	-	22.653.770	21.876.161	-	-	21.876.161
Cotas de Fundo de Investimento	-	40.448	-	40.448	-	39.851	-	39.851
Ações	-	-	2.400	2.400	-	-	-	-
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	-	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	557.215	26.109	1.004	584.328	1.558.599	99.112	1.376	1.659.087
Títulos e Valores Mobiliários	549.607	26.109	1.004	576.720	1.557.471	-	1.376	1.558.847
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	374.023	-	-	374.023	361.623	-	-	361.623
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	999.446	-	-	999.446
Cotas de Fundo de Investimento	175.584	26.109	1.004	202.697	196.402	-	1.376	197.778
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.609	-	-	7.609	1.128	99.112	-	100.240
Passivos Financeiros	950	-	-	950	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	950	-	-	950	1.027	1.689.405	-	1.690.432
Instrumentos Financeiros Derivativos	950	-	-	950	1.027	-	-	1.027
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.689.405	-	1.689.405

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	137.298.209	134.191.250	136.732.115	133.778.096
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.369.033	15.369.033	15.861.036	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.068.470	3.992.826	4.024.499	4.054.553
Títulos e Valores Mobiliários	47.199.340	47.308.989	45.848.429	45.927.869
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	64.337.322	61.196.358	65.061.559	61.998.046
Outros Ativos Financeiros	6.324.044	6.324.044	5.936.592	5.936.592
Passivos ao Custo Amortizado	147.562.330	147.520.265	145.722.468	145.732.458
Depósitos	101.071.290	100.962.766	100.557.914	100.511.721
Captações no Mercado Aberto	23.894.055	23.894.057	22.819.656	22.819.645
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	7.696.360	7.698.882	7.739.376	7.731.765
Letras Financeiras Subordinadas	2.507.547	2.571.482	2.413.040	2.476.845
Obrigações por Empréstimos	2.664.405	2.664.405	2.806.928	2.806.928
Obrigações por Repasses	4.331.320	4.331.320	3.802.826	3.802.826
Outros Passivos Financeiros	5.397.353	5.397.353	5.582.728	5.582.728

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.
- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais, bem como a prática de atos lesivos ao interesse comum.

O risco ambiental corresponde à possibilidade de perdas para o Banrisul resultantes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, por sua vez, compreende duas vertentes:

- Risco climático de transição: refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases; e
- Risco climático físico: corresponde à possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo associadas a mudanças nos padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos internos do Banrisul, assim como as atividades desempenhadas por contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises realizadas são reportados aos comitês deliberativos, em conformidade com a estrutura de governança estabelecida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk Weighted Assets – RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 6,22%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível 1 Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e

- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir:

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, à análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo

regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	12.946.274	14.405.845
Nível 1	10.438.727	10.303.400
Capital Principal (CP)	10.438.727	10.303.400
Capital Social	8.301.859	8.301.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	3.015.219	3.015.055
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(8.229.079)	(138.414)
Contas de Resultado Credoras	8.238.830	-
Ajustes Prudenciais	(967.435)	(994.100)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	79.333	119.000
Nível 2	2.507.547	4.102.445
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	2.507.547	4.102.445
RWA	74.116.583	73.706.989
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	60.821.785	60.974.294
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.051.819	1.078.089
RWA _{AMPAD} (Risco de Mercado)	233.312	1.240.814
RWA _{JUR1} (Risco de Juros)	356	1.015
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	232.956	1.233.060
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	-	6.739
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	12.009.667	10.413.792
Carteira Banking (IRRBB)	361.151	348.158
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	4.802.883	4.884.300
Índices de Capital		
Índice de Basileia	17,47%	19,54%
Índice de Nível 1	14,08%	13,98%
Índice de Capital Principal	14,08%	13,98%
Índice de Imobilização	11,83%	10,20%
Razão de Alavancagem	6,22%	6,08%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB; 6,00% para o índice de Nível 1; e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$12.946.274, apresentando uma redução de R\$1.459.571 frente a dezembro de 2025.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity* – ΔEVE) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income* – ΔNII).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$361.151.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,50% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 17,47% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 14,08% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.285.043	1.298.124
Disponibilidades em Moeda Nacional	911.127	984.008
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	373.916	314.116
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	2.299.999	1.900.000
Aplicações no Mercado Aberto	2.299.999	1.900.000
Títulos e Valores Mobiliários	180.915	177.138
Cotas de Fundos de Investimento	180.915	177.138
Total	3.765.957	3.375.262

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista	Não Remunerado	410.180	557.631
Depósitos de Poupança	Poupança	2.145.654	2.187.382
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	12.461.856	12.322.718
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	351.343	462.737
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	-	569
Outros Depósitos	Taxa Selic	-	329.999
Total		15.369.033	15.861.036

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	2.299.999	-	-	2.299.999	1.900.000
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada	2.299.999	-	-	2.299.999	1.900.000
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.299.999	-	-	2.299.999	1.900.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.042	1.079.644	678.785	1.768.471	2.124.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.042	1.079.644	678.785	1.768.471	2.124.499
Total em 31/03/2026	2.310.041	1.079.644	678.785	4.068.470	
Total em 31/12/2025	2.517.526	882.955	624.018		4.024.499

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						31/03/2026			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	-	9.737.308	9.630.674	16.473.254	10.534.761	46.375.997	-	46.375.997	46.480.315
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	9.715.071	9.630.674	16.473.254	10.534.761	46.353.760	-	46.353.760	46.458.396
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	22.237	-	-	-	22.237	-	22.237	21.919
Letras Financeiras (LF)	44.709	32.708	304.803	23.029	-	405.249	(13)	405.236	409.703
Debêntures	-	-	69.796	132.811	214.387	416.994	(5)	416.989	417.952
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.118	1.118	-	1.118	1.019
Total	44.709	9.770.016	10.005.273	16.629.094	10.750.266	47.199.358	(18)	47.199.340	47.308.989

						31/12/2025			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.002.662	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.392.701	15.535.769	7.757.876	45.848.445	(16)	45.848.429	45.927.869

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2026	31/12/2025
Pessoa Física	43.978.193	680.761	3.189.158	47.848.112	48.511.967
Cartão de Crédito	2.329.472	57.456	369.096	2.756.024	2.850.369
Crédito Consignado	17.485.961	175.498	1.201.071	18.862.530	19.492.623
Crédito Pessoal	2.654.183	105.175	425.463	3.184.821	3.031.526
Crédito Imobiliário	5.495.196	74.180	60.069	5.629.445	5.731.334
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.287.167	97.475	488.090	13.872.732	14.022.604
Outros	2.726.214	170.977	645.369	3.542.560	3.383.511
Pessoa Jurídica	15.065.565	202.690	1.220.955	16.489.210	16.549.592
Operações de Câmbio	2.719.791	1.369	93.878	2.815.038	2.854.208
Capital de Giro	4.885.596	39.751	270.017	5.195.364	5.268.046
Conta Empresarial/Garantida	2.519.566	48.036	189.121	2.756.723	2.570.841
Crédito Imobiliário	725.010	-	810	725.820	722.604
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	2.827.434	31.271	298.394	3.157.099	3.335.456
Outros	1.388.168	82.263	368.735	1.839.166	1.798.437
Total	59.043.758	883.451	4.410.113	64.337.322	65.061.559
(Provisão)	(836.085)	(202.378)	(2.550.822)	(3.589.285)	(3.425.345)
Total Líquido da Provisão em 31/03/2026	58.207.673	681.073	1.859.291	60.748.037	
Total Líquido da Provisão em 31/12/2025	59.546.882	499.120	1.590.212		61.636.214

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	31/03/2026	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	2.025.479	1.818.290
A vencer até 3 meses	10.274.738	8.927.595
A vencer de 3 a 12 meses	14.956.120	16.684.729
A vencer de 1 a 5 anos	27.738.635	28.127.274
A vencer acima de 5 anos	9.342.350	9.503.671
Total	64.337.322	65.061.559

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

	31/03/2026		31/12/2025	
Concentração dos Maiores Tomadores ⁽¹⁾	Total	% da Carteira	Total	% da Carteira
Maior Devedor	297.645	0,46	305.941	0,47
10 Maiores Devedores	2.212.893	3,44	2.215.243	3,41
20 Maiores Devedores	3.297.704	5,13	3.373.835	5,19
50 Maiores Devedores	5.406.524	8,41	5.469.778	8,41
100 Maiores Devedores	7.248.861	11,27	7.358.885	11,32

(1) Não estão contempladas operações com característica de operação de crédito da controlada Banrisul Pagamentos.

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	654.932	(16.793)	(17.383)	25.476	41.614	-	(86.792)	601.054
Cartão de Crédito	127.475	(616)	(3.506)	547	2.480	-	(11.635)	114.745
Crédito Consignado	104.873	(1.129)	(1.361)	3.419	5.394	-	(12.480)	98.716
Crédito Pessoal	35.792	(2.434)	(1.749)	6.255	1.910	-	(2.509)	37.265
Crédito Imobiliário	29.680	(2.032)	(436)	1.194	2.516	-	(4.809)	26.113
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	206.564	(2.814)	(1.960)	8.567	16.272	-	(42.603)	184.026
Outros	150.548	(7.768)	(8.371)	5.494	13.042	-	(12.756)	140.189
Pessoa Jurídica	246.626	(13.528)	(16.265)	2.344	10.490	-	5.364	235.031
Operações de Câmbio	12.179	-	(193)	179	304	-	(130)	12.339
Capital de Giro	37.183	(2.407)	(1.652)	255	1.605	-	(1.003)	33.981
Conta Empresarial/Garantida	92.351	(3.502)	(5.750)	390	486	-	7.416	91.391
Crédito Imobiliário	10.047	-	(72)	348	-	-	151	10.474
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	52.508	(2.580)	(4.667)	766	3.751	-	1.473	51.251
Outros	42.358	(5.039)	(3.931)	406	4.344	-	(2.543)	35.595
Total	901.558	(30.321)	(33.648)	27.820	52.104	-	(81.428)	836.085

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	107.574	(25.476)	(45.675)	16.793	3.494	-	95.667	152.377
Cartão de Crédito	8.646	(547)	(5.104)	616	1.158	-	7.414	12.183
Crédito Consignado	22.343	(3.419)	(6.616)	1.129	110	-	9.364	22.911
Crédito Pessoal	18.304	(6.255)	(6.965)	2.434	189	-	15.123	22.830
Crédito Imobiliário	3.593	(1.194)	(1.447)	2.032	184	-	26.891	30.059
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	19.049	(8.567)	(5.684)	2.814	776	-	5.729	14.117
Outros	35.639	(5.494)	(19.859)	7.768	1.077	-	31.146	50.277
Pessoa Jurídica	30.019	(2.344)	(23.301)	13.528	919	-	31.180	50.001
Operações de Câmbio	241	(179)	(58)	-	89	-	(79)	14
Capital de Giro	5.234	(255)	(4.511)	2.407	116	-	7.347	10.338
Conta Empresarial/Garantida	5.506	(390)	(3.674)	3.502	15	-	4.334	9.293
Crédito Imobiliário	348	(348)	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	6.804	(766)	(5.347)	2.580	157	-	3.505	6.933
Outros	11.886	(406)	(9.711)	5.039	542	-	16.073	23.423
Total	137.593	(27.820)	(68.976)	30.321	4.413	-	126.847	202.378

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	1.707.917	(41.614)	(3.494)	17.383	45.675	(180.915)	281.993	1.826.945
Cartão de Crédito	238.780	(2.480)	(1.158)	3.506	5.104	(42.543)	62.967	264.176
Crédito Consignado	570.572	(5.394)	(110)	1.361	6.616	(62.466)	82.026	592.605
Crédito Pessoal	213.773	(1.910)	(189)	1.749	6.965	(36.247)	53.952	238.093
Crédito Imobiliário	27.230	(2.516)	(184)	436	1.447	(1.311)	9.026	34.128
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	250.827	(16.272)	(776)	1.960	5.684	(24.882)	29.325	245.866
Outros	406.735	(13.042)	(1.077)	8.371	19.859	(13.466)	44.697	452.077
Pessoa Jurídica	678.277	(10.490)	(919)	16.265	23.301	(165.109)	182.552	723.877
Operações de Câmbio	6.766	(304)	(89)	193	58	-	796	7.420
Capital de Giro	114.257	(1.605)	(116)	1.652	4.511	(55.059)	76.277	139.917
Conta Empresarial/Garantida	113.894	(486)	(15)	5.750	3.674	(19.538)	17.667	120.946
Crédito Imobiliário	-	-	-	72	-	-	388	460
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	238.999	(3.751)	(157)	4.667	5.347	(61.663)	48.436	231.878
Outros	204.361	(4.344)	(542)	3.931	9.711	(28.849)	38.988	223.256
Total	2.386.194	(52.104)	(4.413)	33.648	68.976	(346.024)	464.545	2.550.822

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2025	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2026
Pessoa Física	2.470.423	(180.915)	290.868	2.580.376
Cartão de Crédito	374.901	(42.543)	58.746	391.104
Crédito Consignado	697.788	(62.466)	78.910	714.232
Crédito Pessoal	267.869	(36.247)	66.566	298.188
Crédito Imobiliário	60.503	(1.311)	31.108	90.300
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	476.440	(24.882)	(7.549)	444.009
Outros	592.922	(13.466)	63.087	642.543
Pessoa Jurídica	954.922	(165.109)	219.096	1.008.909
Operações de Câmbio	19.186	-	587	19.773
Capital de Giro	156.674	(55.059)	82.621	184.236
Conta Empresarial/Garantida	211.751	(19.538)	29.417	221.630
Crédito Imobiliário	10.395	-	539	10.934
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	298.311	(61.663)	53.414	290.062
Outros	258.605	(28.849)	52.518	282.274
Total	3.425.345	(346.024)	509.964	3.589.285

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$448.876 apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixadas como prejuízo no montante de R\$61.088.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	579.908	(14.811)	(24.801)	12.202	75.443	-	125.772	753.713
Cartão de Crédito	100.441	(815)	(11.534)	1	2.082	-	19.041	109.216
Crédito Consignado	128.627	(959)	(1.613)	289	5.317	-	(23.349)	108.312
Crédito Pessoal	197.402	(2.042)	(1.939)	514	3.487	-	(169.915)	27.507
Crédito Imobiliário	36.473	(1.605)	(331)	6.363	15.191	-	(32.058)	24.033
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	66.373	(5.261)	(1.461)	3.767	6.970	-	285.346	355.734
Outros	50.592	(4.129)	(7.923)	1.268	42.396	-	46.707	128.911
Pessoa Jurídica	333.618	(9.216)	(13.128)	2.639	80.131	-	(85.639)	308.405
Operações de Câmbio	90.076	(10)	(273)	-	205	-	(81.635)	8.363
Capital de Giro	69.589	(1.343)	(1.108)	221	8.612	-	(50.693)	25.278
Conta Empresarial/Garantida	90.210	(1.678)	(4.101)	86	7.005	-	80.176	171.698
Crédito Imobiliário	156	-	-	-	-	-	8.471	8.627
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	40.107	(4.987)	(5.116)	1.952	5.320	-	24.511	61.787
Outros	43.480	(1.198)	(2.530)	380	58.989	-	(66.469)	32.652
Total	913.526	(24.027)	(37.929)	14.841	155.574	-	40.133	1.062.118

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	233.931	(12.202)	(46.981)	14.811	10.650	-	(72.913)	127.296
Cartão de Crédito	7.780	(1)	(1)	815	286	-	(394)	8.485
Crédito Consignado	106.155	(289)	(2.033)	959	1.200	-	(91.852)	14.140
Crédito Pessoal	20.696	(514)	(5.313)	2.042	742	-	(3.081)	14.572
Crédito Imobiliário	908	(6.363)	(5.604)	1.605	5.408	-	56.399	52.353
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	45.670	(3.767)	(21.664)	5.261	-	-	(9.399)	16.101
Outros	52.722	(1.268)	(12.366)	4.129	3.014	-	(24.586)	21.645
Pessoa Jurídica	380.254	(2.639)	(11.831)	9.216	3.557	-	(345.186)	33.371
Operações de Câmbio	17.509	-	-	10	-	-	(17.507)	12
Capital de Giro	43.019	(221)	(2.236)	1.343	857	-	(36.515)	6.247
Conta Empresarial/Garantida	2.112	(86)	(1.034)	1.678	202	-	3.094	5.966
Crédito Imobiliário	273	-	-	-	-	-	(273)	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	55.511	(1.952)	(5.148)	4.987	1.553	-	(40.619)	14.332
Outros	261.830	(380)	(3.413)	1.198	945	-	(253.366)	6.814
Total	614.185	(14.841)	(58.812)	24.027	14.207	-	(418.099)	160.667

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	793.313	(75.443)	(10.650)	24.801	46.981	-	473.514	1.252.516
Cartão de Crédito	85.106	(2.082)	(286)	11.534	1	-	55.325	149.598
Crédito Consignado	327.637	(5.317)	(1.200)	1.613	2.033	-	132.002	456.768
Crédito Pessoal	231.833	(3.487)	(742)	1.939	5.313	-	(52.950)	181.906
Crédito Imobiliário	6.824	(15.191)	(5.408)	331	5.604	-	37.985	30.145
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	72.567	(6.970)	-	1.461	21.664	-	101.563	190.285
Outros	69.346	(42.396)	(3.014)	7.923	12.366	-	199.589	243.814
Pessoa Jurídica	231.847	(80.131)	(3.557)	13.128	11.831	-	421.483	594.601
Operações de Câmbio	3.884	(205)	-	273	-	-	2.503	6.455
Capital de Giro	54.226	(8.612)	(857)	1.108	2.236	-	67.792	115.893
Conta Empresarial/Garantida	29.136	(7.005)	(202)	4.101	1.034	-	40.539	67.603
Crédito Imobiliário							145	145
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	82.315	(5.320)	(1.553)	5.116	5.148	-	181.731	267.437
Outros	62.286	(58.989)	(945)	2.530	3.413	-	128.773	137.068
Total	1.025.160	(155.574)	(14.207)	37.929	58.812	-	894.997	1.847.117

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2024	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/03/2025
Pessoa Física	1.607.152	-	526.373	2.133.525
Cartão de Crédito	193.327	-	73.972	267.299
Crédito Consignado	562.419	-	16.801	579.220
Crédito Pessoal	449.931	-	(225.946)	223.985
Crédito Imobiliário	44.205	-	62.326	106.531
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.610	-	377.510	562.120
Outros	172.660	-	221.710	394.370
Pessoa Jurídica	945.719	-	(9.342)	936.377
Operações de Câmbio	111.469	-	(96.639)	14.830
Capital de Giro	166.834	-	(19.416)	147.418
Conta Empresarial/Garantida	121.458	-	123.809	245.267
Crédito Imobiliário	429	-	8.343	8.772
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	177.933	-	165.623	343.556
Outros	367.596	-	(191.062)	176.534
Total	2.552.871	-	517.031	3.069.902

(1) Na Demonstração do Resultado, a perda esperada de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$468.475 está representando a constituição de R\$517.031 líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$48.556.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	1.612	(840)	1.513
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	3.277	(1.687)	2.328
Total em 31/03/2026	4.889	(2.527)	3.841
Total em 31/12/2025	6.739	(3.513)	5.285

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	2.724.137	933.890	3.658.027	3.007.178	920.361	3.927.539
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	933.890	933.890	-	920.361	920.361
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	2.716.362	-	2.716.362	2.998.794	-	2.998.794
Outros	7.775	-	7.775	8.384	-	8.384
Rendas a Receber	131.430	-	131.430	127.821	-	127.821
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito ⁽³⁾	107.119	428.477	535.596	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	7.108	-	7.108	3.873	-	3.873
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.416.889	1.416.889	-	1.290.435	1.290.435
Pagamentos a Ressarcir	20.199	-	20.199	22.432	-	22.432
Títulos e Créditos a Receber ⁽⁴⁾	197.663	286.068	483.731	223.259	281.026	504.285
Outros	71.064	-	71.064	60.207	-	60.207
Total	3.258.720	3.065.324	6.324.044	3.444.770	2.491.822	5.936.592

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$19.185 (31/12/2025 – R\$24.588) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$912.166 (31/12/2025 – R\$893.268) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) +6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR +3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.539 (31/12/2025 – R\$2.505) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do FCVS. Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$931.351 (31/12/2025 – R\$917.856). O seu valor de face é de R\$932.048 (31/12/2025 – R\$918.994). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$2.655.598 (31/12/2025 – R\$2.993.995) provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Em fevereiro de 2026, o Conselho de Administração do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) deliberou pela antecipação obrigatória de contribuições ordinárias das instituições financeiras associadas, com o objetivo de recompor o caixa do Fundo após desembolsos extraordinários relacionados à liquidação de determinadas instituições financeiras. A antecipação no montante de R\$544.674 corresponde a 60 meses de contribuições ordinárias em 2026, com previsão de antecipação adicional de 12 meses nos exercícios de 2027 e 2028, restando em saldo de R\$535.596 ao final do período de reporte. Os valores antecipados foram registrados como ativo e são amortizados mensalmente por meio da compensação com as contribuições ordinárias vincendas.

(4) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, a qual havia sido julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e aguardava julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve julgamento do recurso interposto, com resultado favorável à União. Assim, como a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória, e, em razão de mudança de entendimento do tribunal, com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, a Administração constituiu provisão para perda esperada do valor integral. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação ou não depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$261.955 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$55.069 (31/12/2025 – R\$55.627) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$52.265 (31/12/2025 – R\$51.434); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$90.463 (31/12/2025 – R\$107.962).

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

					31/03/2026	
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	3.736.364	17.987.136	930.270	22.653.770	22.559.353
Cotas de Fundos de Investimento	40.448	-	-	-	40.448	28.709
Ações	2.400	-	-	-	2.400	2.400
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	64.817	3.736.364	17.987.136	930.270	22.718.587	22.612.431

					31/12/2025	
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	361.142	20.615.871	899.148	21.876.161	21.805.941
Cotas de Fundos de Investimento	39.851	-	-	-	39.851	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	61.820	361.142	20.615.871	899.148	21.937.981	21.856.619

(1) Trata-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

					31/03/2026	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	351.642	22.381	374.023	374.007
Cotas de Fundo de Investimento	202.697	-	-	-	202.697	202.697
Total	202.697	-	351.642	22.381	576.720	576.704

					31/12/2025	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	340.014	21.609	361.623	361.687
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	999.446	999.556
Cotas de Fundo de Investimento	197.778	-	-	-	197.778	197.778
Total	197.778	999.446	340.014	21.609	1.558.847	1.559.021

Nota 14 – Outros Ativos

	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	25.861	21.669
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 35e)	181.544	181.544
Devedores Diversos	193.230	180.069
Bens Mantidos para Venda	121.940	126.040
Despesas Antecipadas	140.276	152.348
Outros	11.694	11.227
Total	674.545	672.897

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	31/12/2025	Constituição	Realização	31/03/2026
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.009.611	127.711	(189.854)	1.947.468
Provisão para Riscos Fiscais	19.021	582	(247)	19.356
Provisão para Riscos Trabalhistas	983.539	43.144	(26.751)	999.932
Provisão para Riscos Cíveis	122.694	1.188	(5.340)	118.542
Benefício Pós-Emprego	213.699	-	-	213.699
Outras Provisões Temporárias	84.335	55.481	(101.015)	38.801
Prejuízo Fiscal	135.056	74.522	-	209.578
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	101.738	10.671	(11.848)	100.561
Total de Créditos Tributários Registrados	3.669.693	313.299	(335.055)	3.647.937
Obrigações Fiscais Diferidas	(272.694)	(25.158)	16.875	(280.977)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.396.999	288.141	(318.180)	3.366.960

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total Registrados
2026	299.400	239.520	538.920
2027	340.578	272.462	613.040
2028	333.664	266.931	600.595
2029	306.646	245.317	551.963
2030	215.918	172.734	388.652
2031 a 2033	379.569	303.655	683.224
2034 a 2035	150.857	120.686	271.543
Total em 31/03/2026	2.026.632	1.621.305	3.647.937
Total em 31/12/2025	2.038.718	1.630.975	3.669.693

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.621.668 (31/12/2025 – R\$2.632.922), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	31/03/2026	31/12/2025
Superveniência de Depreciação	2.000	2.793
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	47.791	36.615
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	843	792
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	-	1.558
Superávit Atuarial	112.821	112.821
Outros Débitos Temporários	16.961	16.377
Arrendamento Mercantil IFRS 16	100.561	101.738
Total	280.977	272.694

Nota 16 – Investimentos em Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Patrimônio Líquido 31/03/2026	Participação do Capital Social (%) 31/03/2026	Valor do Invest. 31/03/2026	Resultado Líquido 01/01/ a 31/03/2026	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/03/2026	Dividendos e JSCP Pagos/ Provisionados 01/01/ a 31/03/2026 ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	53.516	49,90	26.704	5.147	2.568	3.883
Banrisul Icatu Participações S.A.	337.109	49,99	168.522	57.621	28.805	-
Total	390.625		195.226	62.768	31.373	3.883

	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01/ a 31/03/2025	Resultado de Equivalência 01/01/ a 31/03/2025	Dividendos e JSCP Pagos/ Provisionados 01/01/ a 31/03/2025 ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	3.942	1.967	2.474
Banrisul Icatu Participações S.A.	283.515	49,99	141.729	52.552	26.271	-
Total	339.665		169.748	56.494	28.238	2.474

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 31/12/2025							
Custo	622.286	75.036	361.165	201.032	705.668	30.069	1.995.256
Depreciação Acumulada	(327.758)	-	(143.448)	(105.195)	(436.462)	(23.636)	(1.036.499)
Valor Contábil Líquido	294.528	75.036	217.717	95.837	269.206	6.433	958.757
Aquisições	24.417	11.929	10.899	3.362	290	8	50.905
Alienações – Baixas Custo	(25.546)	(1.031)	-	(40)	(21.262)	-	(47.879)
Alienações – Baixas da Depreciação	20.104	-	-	39	12.500	-	32.643
Depreciação	(19.747)	-	(3.721)	(2.288)	(20.872)	(387)	(47.015)
Transferências Líquido Custo	(1.001)	(22.444)	-	81	22.447	-	(917)
Transferências Líquido Depreciação	70	-	-	32	(80)	-	22
Movimentação Líquida no Período	(1.703)	(11.546)	7.178	1.186	(6.977)	(379)	(12.241)
Total em 31/03/2026							
Custo	620.156	63.490	372.064	204.435	707.143	30.077	1.997.365
Depreciação Acumulada	(327.331)	-	(147.169)	(107.412)	(444.914)	(24.023)	(1.050.849)
Valor Contábil Líquido	292.825	63.490	224.895	97.023	262.229	6.054	946.516

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31/03/2026	31/12/2025
Até 12 Meses	93.815	94.927
De 1 a 5 Anos	139.727	142.302
Acima de 5 Anos	7.129	6.264
Total ⁽¹⁾	240.671	243.493

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$69.707 (31/12/2025 - R\$80.548) (Nota 37a).

Nota 18 – Intangível

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 31/12/2025				
Custo	325.560	1.618.582	875	1.945.017
Amortização Acumulada	(225.192)	(1.419.751)	(875)	(1.645.818)
Valor Contábil Líquido	100.368	198.831	-	299.199
Aquisições	1.561	1.517	-	3.078
Alienações – Baixas da Amortização	10	-	-	10
Amortização do Período	(6.418)	(48.942)	-	(55.360)
Transferências Líquido Custo	(47)	-	-	(47)
Transferências Líquido Amortização	47	-	-	47
Movimentação Líquida no Período	(4.847)	(47.425)	-	(52.272)
Total em 31/03/2026				
Custo	327.074	1.620.099	875	1.948.048
Amortização Acumulada	(231.553)	(1.468.693)	(875)	(1.701.121)
Valor Contábil Líquido	95.521	151.406	-	246.927

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos	25.103.731	2.388.102	7.694.763	27.879.962	24.481.797	13.522.935	101.071.290	100.557.914
À Vista	3.084.615	-	-	-	-	-	3.084.615	4.296.487
Poupança	10.690.658	-	-	-	-	-	10.690.658	10.927.247
Interfinanceiros	-	9.843	2.284.055	-	-	-	2.293.898	2.361.009
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.378.259	5.410.708	27.879.962	24.481.797	13.522.935	73.673.661	71.826.919
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	11.038.881	-	-	-	-	-	11.038.881	10.853.434
Outros Depósitos	289.577	-	-	-	-	-	289.577	292.818
Captações no Mercado Aberto	-	23.891.655	2.400	-	-	-	23.894.055	22.819.656
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	571.610	2.906.472	4.118.894	99.384	-	7.696.360	7.739.376
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.507.547	2.507.547	2.413.040
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	715.218	1.438.591	474.655	28.813	7.128	2.664.405	2.806.928
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	220.453	857.072	1.678.954	910.156	664.685	4.331.320	3.802.826
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.395.315	2.038	-	-	5.397.353	5.582.728
Total em 31/03/2026	25.103.731	27.787.038	18.294.613	34.154.503	25.520.150	16.702.295	147.562.330	
Total em 31/12/2025	26.369.986	27.031.705	16.849.087	35.914.817	20.465.166	19.091.707		145.722.468

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 82,10% e 17,90% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,99% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 36a).

(3) As Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

- Em 16/09/2022, o Banrisul realizou emissão de LFSN no montante de R\$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão;
- Em 11/08/2025, 03/09/2025, 17/12/2025, 19/12/2025 e 26/12/2025, o Banrisul realizou emissão de LFSN que totalizaram montante de R\$1.850.000, todas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme IFRS 16.

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2026	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025
Relações Interfinanceiras	789.585	-	789.585	713.893	-	713.893
Relações Interdependências	277.963	-	277.963	258.571	-	258.571
Operações de Câmbio	126.967	-	126.967	150.257	-	150.257
Negociação e Intermediação de Valores	6.974	-	6.974	4.551	-	4.551
Credores por Recursos a Liberar	41.069	-	41.069	49.042	-	49.042
Transações com Cartões a Pagar	1.198.145	-	1.198.145	1.248.842	-	1.248.842
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.393.886	-	2.393.886	2.672.524	-	2.672.524
Recursos em Trânsito de Terceiros	206.464	-	206.464	18.657	-	18.657
Outros	354.262	2.038	356.300	464.128	2.263	466.391
Total	5.395.315	2.038	5.397.353	5.580.465	2.263	5.582.728

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Até 12 Meses	31/03/2026	Até 12 Meses	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)/Passivo ⁽¹⁾	(6.659)	(6.659)	(99.213)	(99.213)
Operações de Swap	-	-	(99.112)	(99.112)
Operações de Câmbio	(6.659)	(6.659)	(101)	(101)
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	-	-	1.689.405	1.689.405
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado	-	-	1.684.915	1.684.915
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	-	-	4.490	4.490
Total	(6.659)	(6.659)	1.590.192	1.590.192

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28/01/2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier 2*) no mercado externo no montante de US\$300.000 (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. Em 28/01/2026 foi realizada a opção de resgate pelo Banrisul, assim liquidando a dívida subordinada.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Em janeiro de 2026, o Banrisul procedeu à liquidação antecipada da dívida subordinada (*Tier 2*), emitida em janeiro de 2021 no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), mediante o exercício da opção de recompra integral a partir do 5º ano. Concomitantemente, foram liquidadas as operações de *swap* associadas à referida captação. Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de Contratos Futuros de DI, todos os contratos foram integralmente liquidados em janeiro de 2026 (31/12/2025 – 998.898). No momento, o Banrisul não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e Contratos Futuros de DI1.

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2025	50.690	2.186.223	273.463	7.679	2.518.055
Constituição	-	34.102	2.071	-	36.173
Atualização Monetária	1.401	61.395	9.010	57	71.863
Reversão da Provisão	(602)	-	(8.572)	-	(9.174)
Baixas por Pagamento	(121)	(59.374)	(11.759)	-	(71.254)
Saldo Final em 31/03/2026	51.368	2.222.346	264.213	7.736	2.545.663

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2024	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Constituição e Atualização Monetária	9.378	106.993	13.983	50	130.404
Reversão da Provisão	-	-	(7.528)	-	(7.528)
Baixas por Pagamento	(797)	(40.627)	(14.254)	-	(55.678)
Saldo Final em 31/03/2025	858.229	1.822.242	282.118	7.505	2.970.094

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

As causas de natureza fiscal referem-se a outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável que somam o montante de R\$937 (31/12/2025 – R\$1.270) e a infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos. O auto de infração exige contribuição previdenciária, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$134.782 (31/12/2025 – R\$132.936), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$115.386 (31/12/2025 – R\$113.806) e como perda provável o montante de R\$19.397 (31/12/2025 – R\$19.130), devidamente provisionado. Além dessas, foi provisionado R\$31.014 para encargos contratuais relacionados a processos judiciais de natureza fiscal.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$853.253 (31/12/2025 – R\$979.420). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Banrisul totalizava R\$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Banrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R\$846.495. À luz da opinião dos consultores jurídicos do Banrisul e dos critérios do CPC 25, o Banrisul concluiu que não havia elementos que justificassem a manutenção da classificação do risco de perda como “provável”, determinando a reclassificação do risco de perda para “remota”, com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade da provisão referente ao déficit atuarial da FBSS.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada

desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$977.432 (31/12/2025 – R\$973.512), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Existem ainda R\$171.133 (31/12/2025 – R\$128.859) relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo STJ que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, restando provisionado o valor de R\$7.736 (31/12/2025 – R\$7.679).

(c) Devedores por Depósito em Garantia

Apresentamos na tabela a seguir os saldos dos depósitos em garantia referentes aos passivos contingentes:

	31/03/2026	31/12/2025
Fiscais	172.273	169.358
Trabalhistas	1.085.908	965.134
Cíveis	158.708	155.943
Total	1.416.889	1.290.435

Nota 24 – Outros Passivos

	31/03/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	153.628	10.369
Obrigações Sociais e Estatutárias	91.424	414.801
Provisão de Pessoal	179.321	170.648
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	128.001	164.374
Credores Diversos	199.015	192.987
Passivos Atuariais– Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	542.466	542.939
Provisões para Pagamentos a Efetuar	151.511	189.729
Rendas Antecipadas	101.695	104.337
Outros	5.563	7.239
Total	1.552.624	1.797.423

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 35e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.300.000 (31/12/2025 – R\$8.300.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 31/03/2026	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 31/03/2026	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação em 31/03/2026	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 31/12/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/03/2026	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$90.000 referente aos JSCP do período de reporte (01/01 a 31/03/2025 – R\$90.000), imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$40.500 (01/01 a 31/03/2025 – R\$40.500).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2025 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Receitas com Juros e Similares	5.855.898	4.757.823
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo	693.880	638.775
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	5.162.018	4.119.048
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	507.510	368.244
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	132.496	114.609
Títulos e Valores Mobiliários	1.671.327	1.080.192
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.850.662	2.517.646
Outros Ativos Financeiros	23	38.357
Despesas com Juros e Similares	(4.106.614)	(3.282.756)
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	54.381	99.218
Resultado de Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(4.160.995)	(3.381.974)
Depósitos	(2.818.181)	(2.137.244)
Captação no Mercado Aberto	(834.897)	(703.501)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(349.989)	(226.794)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(157.928)	(314.435)
Total	1.749.284	1.475.067

Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	(2.849)	1.241
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	189	11.970
Ganhos/(Perdas) com Derivativos	(65.738)	(159.357)
Total	(68.398)	(146.146)

Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Administração de Fundos	38.232	30.281
Cobrança e Custódia	13.325	13.786
Administração de Consórcios	27.595	30.984
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	123.919	134.888
Arrecadação	7.087	7.714
Comissões de Corretagem de Seguros	75.587	74.407
Cartão de Crédito	63.231	59.016
Serviços de Conta Corrente	157.406	152.253
Outras	18.769	18.154
Total	525.151	521.483

Nota 29 – Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Remuneração Direta	359.642	328.362
Benefícios	123.610	111.803
Encargos Sociais	155.291	139.308
Treinamento	1.319	430
Participações dos Empregados no Resultado	50.086	59.612
Total	689.948	639.515

Nota 30 – Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Comunicações	16.946	17.628
Processamento de Dados	59.468	63.052
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	35.343	33.036
Amortização e Depreciação	102.375	100.911
Aluguéis e Condomínios	20.584	16.266
Serviços de Terceiros	125.351	116.677
Serviços Técnicos Especializados	61.370	47.041
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	41.061	40.737
Manutenção e Conservação de Bens	31.314	30.185
Água, Energia e Gás	9.125	9.823
Serviços do Sistema Financeiro	9.526	10.253
Outras	32.238	35.174
Total	544.701	520.783

(1) É composto principalmente por R\$15.776 (01/01 a 31/03/2025 – R\$18.456) de despesa com propaganda institucional e R\$23.834 (01/01 a 31/03/2025 – R\$20.371) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 31 – Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	19.352	9.391
Reversão de Provisões Operacionais	7.826	4.154
Tarifas Interbancárias	3.255	4.169
Títulos de Créditos a Receber	7.132	6.268
Receitas Diversas com Cartões	4.324	4.688
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	4.997	5.357
Atualização de Depósitos Judiciais	24.680	19.411
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	65.155	63.687
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	16.189	11.142
Outras	29.178	7.768
Total	182.088	136.035

Nota 32 – Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Descontos Concedidos em Renegociações	27.435	11.533
Despesas com Cartões	2.135	3.374
Convênio INSS	76.156	74.313
Convênios Crédito Consignado	2.201	1.994
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	4.154	1.992
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	36.086	34.048
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	2.076	3.848
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	1.421	2.458
Bônus Banrisul de Vantagens	7.677	9.952
Tarifas Não Recebidas	6.525	4.100
Serviços de Processamento de Folha de Pagamento	6.614	6.317
Outras	24.149	18.240
Total	196.629	172.169

Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	335.911	256.750
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(128.184)	(88.436)
Efeito no Cálculo dos Tributos	62.115	54.637
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	69.782	40.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.118	12.707
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	(38.419)	-
Outros Valores	16.634	1.430
Total de IR e CSLL	(66.069)	(33.799)
Corrente	(60.673)	(92.636)
Diferido	(5.396)	58.837

Nota 34 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	269.666	222.790
Ações Ordinárias	135.214	111.710
Ações Preferenciais A	905	748
Ações Preferenciais B	133.547	110.332
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$		
Ação Ordinária	0,66	0,54
Ação Preferencial A	0,66	0,54
Ação Preferencial B	0,66	0,54

Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2025	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	-	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Taxa de Desconto Nominal	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,46	4,05	7,55	6,21	5,93	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,55
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,43	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	5,09	5,09	4,05

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2025	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência PBI 2015-2024	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência Saldado 2015-2024	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV II 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV III	AT-2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV III 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 31/12/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

31/12/2025		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	6,36	3,63	-	1,21	4,88	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2024		Alocação %				
Categorias	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,80	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.614 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$165.031 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com a IAS 19, é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2025	31/12/2024
Planos de Previdência	409.155	360.094
PBI	371.822	332.368
PBS	28.035	3.157
FBPREV	(4)	(2)
FBPREV II	(77)	(68)
FBPREV III	9.379	24.639
Planos de Saúde	(181.463)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	133.703	123.321
Total	361.395	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com a IAS 19 é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	331.308	(12.703)	(21.997)	(89.478)	(6.606)	(215.018)	133.703
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	15.985	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado no Período – 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427

Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Contribuições de Participante Realizadas no Período	80.154	10.340	476	854	2.671	-	-
Juros sobre Obrigação Actuarial	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Benefícios Pagos no Período	(204.503)	(133.627)	(2.506)	(21.288)	(40.138)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Actuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	15	-	558	(601)	(25)	1.692	4.245
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	119.661	138.046	2.297	24.157	33.654	20.210	12.730
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(83.476)	(140.110)	(4.909)	(34.689)	(34.612)	(45.925)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	4.765	4.745	2.575	10.393	1.873	3.887	-
Despesa/(Receita) Actuarial Estimada	40.965	2.681	521	(740)	890	(20.136)	16.975

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	48.538	10.346	326	1.149	3.209	14.380	-
Contribuições do Participante	82.927	10.346	326	1.149	3.209	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	57.028

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2026	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	57.028
2027	202.970	127.611	1.814	20.053	35.589	14.835	10.114
2028	196.565	125.685	1.824	19.673	34.673	14.876	8.335
2029	190.868	123.688	1.803	19.396	33.712	15.027	10.995
2030	183.219	121.561	1.789	19.111	32.778	15.078	8.676
2031 a 2035	806.773	569.827	8.891	91.572	147.738	73.973	15.438

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2025	7,01	8,88	7,67	9,22	7,43	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,81	10,89	5,97
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	107	269	4.692	2.273	87	1.182	251	6.741	9.277
Assistidos	2.782	2.556	138	2.403	1.444	7.543	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.871	6.458	-
Total	2.889	2.825	4.830	4.676	1.531	8.725	3.122	13.199	9.277

Quantidade de Participantes – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4.801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33.942)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36.136
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(27.376)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.918
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(48.823)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	52.625
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(32.449)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	36.220
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(717)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	769
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.104)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.112
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.867)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.592
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.069)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.457
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.285)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8.051)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.803
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.056)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.808
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.295)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.792
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.501)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.780
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(259)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	260

Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual n.º 12.069, alterada pela Lei n.º 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei n.º 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei n.º 9.289/96; e artigo 12º da Lei n.º 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$17.351.542 (31/12/2025 – R\$17.001.441), dos quais R\$9.823.501 (31/12/2025 – R\$9.823.501) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e

Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	31/03/2026	31/12/2025
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	21.483.283	21.095.335
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	39.616	40.143
Fundos de Ações	143.206	127.835
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.635	10.409
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	15.912.138	13.443.707
Carteiras Administradas	538.184	519.940
Total	38.127.062	35.237.369

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de 114 (31/12/2025 – 120) grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem 64.736 (31/12/2025 – 71.998) consorciados ativos.

Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23/07/2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;

- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2a.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa;
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul; e
- Banrisul Instituto Cultural e Social: associação civil sem fins lucrativos que visa aperfeiçoar as ações das empresas do Grupo Banrisul voltadas a projetos sociais, culturais e de educação.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2026	31/12/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(16.431.129)	(14.889.999)	(504.978)	(446.827)
Outros Ativos	5.457	4.861	-	-
Depósitos à Vista	(503.625)	(1.426.525)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(15.912.138)	(13.443.707)	(504.978)	(446.827)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(6.474)	(10.288)	-	-
Outros Passivos	(14.349)	(14.340)	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(63.278)	(70.305)	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(63.233)	(70.260)	-	-
Outros Passivos	(45)	(45)	-	-
Total	(16.494.407)	(14.960.304)	(504.978)	(446.827)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	7.354	5.968
Remuneração	5.712	4.651
Encargos Sociais	1.642	1.317
Benefícios Pós-Emprego	279	258
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	279	258
Total	7.633	6.226

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, tendo sido pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 38 – Informações por Segmentos

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços.

A Administração, considerando as operações realizadas por meio do Banrisul e suas controladas, apresenta quatro segmentos de negócio: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos.

As informações dos segmentos, demonstradas na tabela a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

O Consolidado Gerencial do Banrisul apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, sendo estes resultados reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos no segmento e de avaliação do desempenho do segmento.

O Banrisul não possui cliente que representam mais de 10% da sua receita líquida total.

Segmento Bancário: esse segmento compreende produtos e serviços como captação de recursos por meio de depósitos e letras de crédito, operações de crédito, serviços de conta corrente, cartão de crédito e arrecadação de tributos. Também fazem parte do segmento bancário os serviços de meios de pagamentos com prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), produtos e serviços esses que geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários através da empresa controlada Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. Os serviços ofertados dentro do segmento bancário são disponibilizados aos clientes por meio da rede de agências e canais de distribuição.

Segmento de Seguridade: nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul. O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização.

Segmento de Consórcios: esse segmento é responsável pela criação e administração de grupos de consórcios nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola, dentre outros bens e serviços.

Outros Segmentos: esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores. Compreende os segmentos que realizam a intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável de clientes junto à B3 S.A., administração de fundos de investimentos, locação de espaços, armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, sendo apresentados agregados por não serem individualmente representativos.

01/01 a 31/03/2026								
	Bancário	Seguridade	Consórcios	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de GAAP	IFRS
Receitas de Juros e Similares	5.852.910	17.067	22.868	8.768	(41.203)	5.860.410	(4.512)	5.855.898
Despesas de Juros e Similares	(4.147.772)	-	(28)	-	41.186	(4.106.614)	-	(4.106.614)
Receita Líquida de Juros	1.705.138	17.067	22.840	8.768	(17)	1.753.796	(4.512)	1.749.284
Perda Líquida Esperada	(542.465)	-	-	-	-	(542.465)	88.239	(454.226)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	1.162.673	17.067	22.840	8.768	(17)	1.211.331	83.727	1.295.058
Receita não de Juros	615.514	105.278	32.357	25.161	(60.302)	718.008	2.622	720.630
Receitas de Prestação de Serviços	395.325	75.587	30.961	24.319	(1.041)	525.151	-	525.151
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(68.422)	-	-	4	20	(68.398)	-	(68.398)
Resultado de Participação em Coligadas	2.569	26.182	-	-	-	28.751	2.622	31.373
Outras Receitas Operacionais ⁽¹⁾	286.042	3.509	1.396	838	(59.281)	232.504	-	232.504
Despesas não de Juros	(1.670.871)	(24.518)	(27.875)	(16.105)	60.345	(1.679.024)	(753)	(1.679.777)
Despesas de Pessoal	(685.449)	(919)	(686)	(4.248)	1.354	(689.948)	-	(689.948)
Outras Despesas Administrativas	(557.387)	(13.326)	(21.922)	(9.894)	58.581	(543.948)	(753)	(544.701)
Despesas Tributárias	(132.179)	(10.260)	(5.513)	(1.685)	-	(149.637)	-	(149.637)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(99.171)	-	275	34	-	(98.862)	-	(98.862)
Outras Despesas Operacionais	(196.685)	(13)	(29)	(312)	410	(196.629)	-	(196.629)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	107.316	97.827	27.322	17.824	26	250.315	85.596	335.911
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	5.423	(24.366)	(4.865)	(4.923)	-	(28.731)	(37.338)	(66.069)
Lucro Líquido do Período	112.739	73.461	22.457	12.901	26	221.584	48.258	269.842
Ativo em 31/03/2026	170.413.264	553.118	777.019	303.792	(8.508.214)	163.538.979	431.776	163.970.755
Passivo em 31/03/2026	153.191.237	161.308	193.534	46.270	(1.380.199)	152.212.150	100.561	152.312.711
Patrimônio Líquido em 31/03/2026	17.222.027	391.810	583.485	257.522	(7.128.015)	11.326.829	331.215	11.658.044

	01/01 a 31/03/2025							
	Bancário	Seguridade	Consórcios	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de GAAP	IFRS
Receitas de Juros	4.769.162	13.311	17.092	6.373	(29.212)	4.776.726	(18.903)	4.757.823
Despesas de Juros	(3.311.885)	-	(32)	-	29.161	(3.282.756)	-	(3.282.756)
Receita Líquida de Juros	1.457.277	13.311	17.060	6.373	(51)	1.493.970	(18.903)	1.475.067
Perda Líquida Esperada	(334.780)	-	(30)	110	-	-334.700	(22.678)	(357.378)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	1.122.497	13.311	17.030	6.483	(51)	1.159.270	(41.581)	1.117.689
Receita não de Juros	621.080	96.892	33.594	25.700	(48.150)	729.116	4.992	734.108
Receitas de Prestação de Serviços	391.925	74.407	33.343	23.574	(1.766)	521.483	-	521.483
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(146.032)	-	(130)	14	2	(146.146)	-	(146.146)
Resultado de Participação em Coligadas	1.967	21.279	-	-	-	23.246	4.992	28.238
Outras Receitas Operacionais ⁽¹⁾	373.220	1.206	381	2.112	(46.386)	330.533	-	330.533
Despesas não de Juros	(1.588.186)	(22.374)	(16.595)	(14.855)	48.145	(1.593.865)	(1.182)	(1.595.047)
Despesas de Pessoal	(636.239)	(855)	(722)	(3.757)	2.058	(639.515)	-	(639.515)
Outras Despesas Administrativas	(535.370)	(10.789)	(10.264)	(9.266)	45.853	(519.836)	(947)	(520.783)
Despesas Tributárias	(121.581)	(10.715)	(5.540)	(1.634)	1	(139.469)	(235)	(139.704)
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(122.830)	(1)	65	(110)	-	(122.876)	-	(122.876)
Outras Despesas Operacionais	(172.166)	(14)	(134)	(88)	233	(172.169)	-	(172.169)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	155.391	87.829	34.029	17.328	(56)	294.521	(37.771)	256.750
Impostos	(12.748)	(22.615)	(11.116)	(6.563)	-	(53.042)	19.243	(33.799)
Lucro Líquido do Período	142.643	65.214	22.913	10.765	(56)	241.479	(18.528)	222.951
Ativo - 31/12/2025	164.299.919	525.349	775.269	305.192	(2.435.677)	163.470.052	388.480	163.858.532
Passivo - 31/12/2025	153.174.686	180.817	219.252	54.818	(1.337.930)	152.291.643	101.738	152.393.381
Patrimônio Líquido - 31/12/2025	11.125.233	344.532	556.017	250.374	(1.097.747)	11.178.409	286.742	11.465.151

(1) Contempla Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior

Nota 39 – Outras Informações

Em acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresenta-se a seguir as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (demonstrações financeiras individuais em BRGAAP):

Demonstrações Financeiras Individuais	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
1 – Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros	
A provisão para perda esperada de ativos financeiros é constituída a partir dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, dentre os quais há provisão mínima para os créditos considerados problemáticos de acordo com a classificação em carteiras (C1 a C5) e conforme o período de atraso.	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS9), onde todos os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários e limites de crédito concedidos são classificados em três estágios, com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da <i>probability of default</i> (PD) vezes a <i>loss given default</i> (LGD) vezes a <i>exposure at default</i> (ED).
2 – Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	
Até 31/12/2024, as operações de crédito e arrendamento mercantil foram registradas a valor presente, calculadas <i>pro rata die</i> com base no indexador e na taxa de juros pactuados no momento da contratação. A partir de 01/01/2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 entrou em vigor, estabelecendo novos critérios prospectivos para uso da TJE nessas operações.	As receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação sendo a receita contabilizada pela taxa de juros efetiva.
3 – IR/CS Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de IR e CSLL diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras para o padrão IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável. A partir de 01 de janeiro 2023 houve alteração na IAS 12 sobre o reconhecimento do imposto diferido sobre ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Nota 2b).
4 – Contratos Seguros – IFRS 17	
Não Requerido.	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação de contratos de seguro. O Banrisul não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, entretanto, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., investida operacional indireta, é afetada pelas referidas normas contábeis. Desta forma o Banrisul reconhece através de equivalência patrimonial os efeitos da aplicação da norma nos contratos de seguros da referida empresa.
5 – Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
Segmentos de Negócios: Não Requerido	Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera.

Apresentamos a seguir os ajustes de GAAP demonstrando as contas contábeis onde os ajustes ocorreram. As indicações contidas remetem à tabela anterior:

Balço Patrimonial			31/03/2026		31/12/2025	
Ativo	Consolidado BRGAAP	Ajustes de GAAP	IFRS	Consolidado BRGAAP	Ajustes de GAAP	IFRS
Disponibilidades	1.285.043	-	1.285.043	1.298.124	-	1.298.124
Ativos Financeiros	156.187.724	505.319	156.693.043	156.169.101	421.592	156.590.693
Ao Custo Amortizado	132.884.808	505.319	133.390.127	132.572.033	421.592	132.993.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central	15.369.033	-	15.369.033	15.861.036	-	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.068.470	-	4.068.470	4.024.499	-	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	47.199.340	-	47.199.340	45.848.429	-	45.848.429
Operações de Crédito ⁽²⁾	64.309.056	28.266	64.337.322	65.028.781	32.778	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	6.324.044	-	6.324.044	5.936.592	-	5.936.592
(Provisões para Perdas Esperadas) ⁽¹⁾	(4.385.135)	477.053	(3.908.082)	(4.127.304)	388.814	(3.738.490)
(Operações de Crédito)	(4.066.338)	477.053	(3.589.285)	(3.814.159)	388.814	(3.425.345)
(Outros Ativos Financeiros)	(318.797)	-	(318.797)	(313.145)	-	(313.145)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – TVM	22.718.587	-	22.718.587	21.937.981	-	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado – TVM e Instrumentos						
Financeiros	584.329	-	584.329	1.659.087	-	1.659.087
Ativos Fiscais	4.066.834	(137.379)	3.929.455	3.967.976	(98.862)	3.869.114
Correntes	281.518	-	281.518	199.421	-	199.421
Diferidos ⁽³⁾	3.785.316	(137.379)	3.647.937	3.768.555	(98.862)	3.669.693
Outros Ativos	674.545	-	674.545	672.897	-	672.897
Investimentos ⁽⁴⁾	162.068	33.158	195.226	135.428	34.320	169.748
Imobilizado de Uso	915.346	31.170	946.516	926.844	31.913	958.757
Intangível	247.419	(492)	246.927	299.682	(483)	299.199
Total do Ativo	163.538.979	431.776	163.970.755	163.470.052	388.480	163.858.532
Passivo						
Passivos Financeiros	147.671.124	-	147.671.124	147.521.081	-	147.521.081
Ao Custo Amortizado	147.562.330	-	147.562.330	145.722.468	-	145.722.468
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	950	-	950	1.690.432	-	1.690.432
Provisão para Perda Esperada ⁽¹⁾	107.844	-	107.844	108.181	-	108.181
Compromissos de Empréstimos	97.986	-	97.986	96.100	-	96.100
Garantias Financeiras	9.858	-	9.858	12.081	-	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.545.663	-	2.545.663	2.518.055	-	2.518.055
Passivos Fiscais	442.739	100.561	543.300	455.084	101.738	556.822
Correntes	262.323	-	262.323	284.128	-	284.128
Diferidos ⁽³⁾	180.416	100.561	280.977	170.956	101.738	272.694
Outros Passivos	1.552.624	-	1.552.624	1.797.423	-	1.797.423
Total do Passivo	152.212.150	100.561	152.312.711	152.291.643	101.738	152.393.381
Patrimônio Líquido						
Capital Social	8.300.000	-	8.300.000	8.300.000	-	8.300.000
Reservas de Capital	5.098	-	5.098	5.098	-	5.098
Reservas de Lucros	3.008.334	281.991	3.290.325	3.008.334	281.991	3.290.325
Outros Resultados Abrangentes (ORA) ⁽⁴⁾	(123.051)	965	(122.086)	(138.460)	4.751	(133.709)
Participação de Não Controladores	3.591	-	3.591	3.437	-	3.437
Lucros Acumulados	132.857	48.259	181.116	-	-	-
Patrimônio Líquido	11.326.829	331.215	11.658.044	11.178.409	286.742	11.465.151
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	163.538.979	431.776	163.970.755	163.470.052	388.480	163.858.532

Demonstração do Resultado	01/01 a 31/03/2026			01/01 a 31/03/2025		
	Consolidado BRGAAP	Ajuste de GAAP	IFRS	Consolidado BRGAAP	Ajuste de GAAP	IFRS
Receita com Juros e Similares ⁽²⁾	5.860.410	(4.512)	5.855.898	4.776.726	(18.903)	4.757.823
Despesas com Juros e Similares	(4.106.614)	-	(4.106.614)	(3.282.756)	-	(3.282.756)
Receita Líquida com Juros e Similares	1.753.796	(4.512)	1.749.284	1.493.970	(18.903)	1.475.067
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(68.398)	-	(68.398)	(146.146)	-	(146.146)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	50.416	-	50.416	194.498	-	194.498
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida ⁽¹⁾	(542.465)	88.239	(454.226)	(334.700)	(22.678)	(357.378)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(537.115)	88.239	(448.876)	(420.802)	(47.673)	(468.475)
Outros Instrumentos Financeiros	(5.350)	-	(5.350)	86.102	24.995	111.097
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(943.034)	1.869	(941.165)	(913.101)	3.810	(909.291)
Receita de Prestação de Serviços	525.151	-	525.151	521.483	-	521.483
Despesas de Pessoal	(689.948)	-	(689.948)	(639.515)	-	(639.515)
Outras Despesas Administrativas	(543.948)	(753)	(544.701)	(519.836)	(947)	(520.783)
Despesas Tributárias	(149.637)	-	(149.637)	(139.469)	(235)	(139.704)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas ⁽⁴⁾	28.751	2.622	31.373	23.246	4.992	28.238
Outras Receitas Operacionais	182.088	-	182.088	136.035	-	136.035
Outras Despesas Operacionais	(196.629)	-	(196.629)	(172.169)	-	(172.169)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(98.862)	-	(98.862)	(122.876)	-	(122.876)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	250.315	85.596	335.911	294.521	(37.771)	256.750
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(28.731)	(37.338)	(66.069)	(53.042)	19.243	(33.799)
Lucro Líquido do Período	221.584	48.258	269.842	241.479	(18.528)	222.951

Nota 40 – Eventos Subsequentes

Acordos Individuais em Ações Coletivas de 7ª e 8ª Horas

Em 23 de março de 2026, o Banrisul disponibilizou a possibilidade de formalização de acordos individuais referentes às ações coletivas de 7ª e 8ª horas, aplicáveis às funções de Analista e Assistente. A elegibilidade incluiu empregados, que não possuísem ações individuais em curso sobre a mesma matéria, ativos, aposentados e àqueles aptos a aposentadoria até 31 de dezembro de 2026. A adesão ao acordo ocorreu de forma voluntária, com prazo final em 30 de abril de 2026. Considerando o total de 1.352 funcionários elegíveis, foram firmados 526 acordos assinados até a referida data. O montante a ser desembolsado pelo Banco, já devidamente provisionado, corresponde a R\$116.794.

Relatórios

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas em IFRS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais consolidados, em 31 de dezembro de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 09 de fevereiro de 2026 sem modificação e às demonstrações consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de maio de 2025, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 07 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/0-4

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
SERGIO LADEIRA FURQUIM WERNECK FILHO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

